

POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC n.º 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, n.º 9 1249-087 Lisboa

Editorial

EDUCAÇÃO: MAIS FACILISMO?

Uma das maleitas crónicas do nosso atraso estrutural é, consabidamente, a ineficiência e a improdutividade do nosso sistema educativo. Por mais voltas que se dê, por mais paixões que se manifestem, por mais governos que tenhamos a realidade nua e crua que prepondera e persiste, *malgré tout*, é o enorme desperdício de recursos para cada vez mais frustrados resultados. São as más prestações escolares nas ciências exactas, são as taxas de insucesso escolar, são os elevados índices de abandono escolar.

Tudo é mau. Tudo nos exorta a reflectir e a ponderar o futuro. Com uma certeza incontornável: urge mudar de rumo.

É aqui que nasce um novo paradigma: o rigor a exigência e a disciplina devem ser as traves mestras do novo modelo educativo. Esta é, aliás, uma ideia consensual entre todos quantos vivem e pensam a educação em Portugal. Mas será que é essa a matriz fundamental da orientação política deste governo?

Obviamente que não.

Cito apenas dois exemplos comezinhos que demonstram à saciedade o bem fundado desta minha afirmação. De um lado, o Programa Novas Oportunidades em que o governo se propõe certificar habilitações para um universo ideal estimado em 1.000.000 de pessoas até 2010, num total estimado de 9.000.000 de euros de investimento, com 500 centros de certificação. Sem que ninguém indague saber se existem formadores qualificados para tanta gente num espaço de tempo tão curto, particularmente se se quiser manter um certo nível de exigência. Do outro lado, o novo regime de avaliação dos professores, fazendo depender a classificação do sucesso escolar dos alunos, num convite descarado a premiar o facilitismo, a generosidade e a bonomia condescendente dos professores.

A pedra de toque do desenvolvimento de um País é, antes do mais, a qualificação e a excelência dos recursos humanos. Seguramente que por este caminho não vamos lá...

Jorge Neto

O primeiro-ministro “já não lidera os acontecimentos”, “e já não tem mão no seu próprio Governo!”



Destaques:

A “manhosa apatia” do Governo, ante o atraso de execução do QREN

Leia em “Parlamento”, intervenção de Eduardo Martins

Sócrates e o lixo debaixo do tapete

Artigo de Opinião 2

Governo afasta técnicos que não “dobram a espinha”:
Dpt.º. Jorge Costa

Em “Actividades do PSD”

O primeiro-ministro “já não lidera os acontecimentos”, “e já não tem mão no seu próprio Governo!”



O nosso Presidente, Luís Filipe Menezes, afirmou no fim do mês passado, que o primeiro-ministro, José Sócrates, “já não lidera os acontecimentos”, pois “foram os seus ministros, e não ele, a querer a remodelação, como o próprio disse”.

“Isso mostra que ele anda a reboque, em vez de ter mão no rumo do seu Governo”, afirmou Luís Filipe Menezes, que falava à margem de um jantar de militantes promovido pela secção do PSD do Lumiar no Parque das Conchas, em Lisboa.

O líder social-democrata assinalou que, na intervenção de hoje na Assembleia da República, José Sócrates “revelou uma enorme preocupação com as propostas do PSD e pareceu querer debater com o líder da oposição por interposta pessoa [Pedro Santana Lopes]”.

“É uma atitude que não faz sentido e o Parlamento não é lugar para esse tipo de debates, que estou aberto a realizar na televisão pública”, salientou Luís Filipe Menezes.

Em relação às medidas anunciadas

pelo chefe do Governo para o combate à pobreza e o estímulo da natalidade, o presidente do PSD considerou que, “em lugar de medidas pontuais, é preciso encontrar formas de fazer frente à perda de poder de compra dos portugueses e resolver o problema dos 460 mil desempregados”.

Acusando José Sócrates de estar a “mascarar” problemas graves que afectam o país, Luís Filipe Menezes afirmou ainda não ter “grandes expectativas” em relação à nova ministra Ana Jorge, que acusou de ter

“uma visão estatizante dos serviços de saúde”.

Instado pela agência Lusa a especificar que outras remodelações seriam necessárias no actual Executivo, o líder do PSD deu nota negativa aos ministros da Economia, das Obras Públicas, da Educação e do Ambiente.

“Aliás, ninguém dá pelo ministro do Ambiente, é uma situação como a da Cultura”, reforçou, acrescentando que “o PSD tem uma filosofia e um modelo de Estado muito diferentes”.

A privatização “do sector dos transportes, nomeadamente dos transportes ferroviários de mercadorias, da gestão aeroportuária e do ambiente” foram algumas medidas que Luís Filipe Menezes afirmou colocar em prática se estivesse no lugar de José Sócrates.

Questionado sobre se já tinha uma data para a divulgação do nome dos porta-vozes ou ministros-sombra que o partido anunciou que ia criar para as várias áreas correspondentes aos ministérios, o líder do PSD respondeu: “Como aqui é o presidente quem manda, esses nomes serão anunciados quando eu achar mais conveniente”.

No dia seguinte a estas declarações, o líder do PSD classificou como “incipientes” as medidas de combate à pobreza e apoio à natalidade anunciadas pelo primeiro-ministro, acusando José Sócrates de estar a desviar as atenções das críticas às políticas sociais do executivo.

“São medidas que são muito criticáveis porque são incipientes. Quantitativamente são irrelevantes”, afirmou o líder social-democrata, Luís Filipe Menezes, em declarações aos



jornalistas no final de uma reunião do grupo parlamentar do PSD.

Salientando que as medidas anunciadas pelo primeiro-ministro na quarta-feira durante o último debate quinzenal na Assembleia da República, só irão abranger “uma escassa dezena de milhar de pessoas”, Luís Filipe Menezes calculou que apenas representarão uma despesa de “75 milhões de euros”.

Luís Filipe Menezes, que apesar de não ser deputado tem participado periodicamente nas reuniões na bancada social-democrata, acusou ainda o primeiro-ministro de ter preparado as novas medidas “em cima do joelho”, numa atitude de “tentar desviar as atenções da fragilidade das políticas sociais do Governo do ponto de vista global”.

“O primeiro-ministro quer mascarar as críticas às políticas sociais do Governo”, sublinhou, recordando as críticas que várias personalidades socialistas têm feito, nomeando especificamente o deputado Manuel Alegre.

Segundo o líder do PSD, além desta questão, na reunião da bancada social-democrata foi ainda analisada a recente remodelação governamental, que levou à substituição dos titulares das pastas da Saúde e da Cultura.

“A remodelação não foi feita pelo primeiro-ministro, foi feita pelos ministros”, reiterou, numa alusão ao facto de José Sócrates garantir que foram os governantes que quiseram abandonar o executivo.

“O primeiro-ministro já não tem mão no seu próprio Governo”, acrescentou, considerando que a saída do ministro da Saúde traduz a falência da “política do fecha, fecha, fecha”.

Quanto à saída de Isabel Pires de Lima da pasta da Cultura, o líder social-democrata considerou que se ficou a dever não a “erros”, mas foi ditada pela “omissão” na ministra.

Sentado ao lado do líder parlamentar do PSD, Pedro Santana Lopes, Luís Filipe Menezes voltou também a reafirmar o desafio ao primeiro-ministro para que aceite a realização de um debate público dentro de pouco mais de um mês, quando se celebrar a passagem do



terceiro ano da entrada em funções do Governo de maioria socialista.

“Seria uma prova de maturidade democrática se aceitasse”, referiu, admitindo, contudo, não estar à espera que José Sócrates aceite o desafio.

Questionado sobre se o PSD já tomou uma posição relativamente à constituição de uma comissão de inquérito à actuação do governador do Banco de Portugal no caso das alegadas irregularidades cometidas pelo BCP, Luís Filipe Menezes disse apenas que ele próprio e o presidente da bancada social-democrata estão ainda a analisar a questão, agora que já terminaram as audições parlamentares relativas a este caso. – Fontes: Lusa, “Público”, TFS

PSD ausculta economistas para elaborar futuro programa de Governo

A direcção do PSD ouviu quinta-feira um grupo de reputados economistas para ajudar o Partido a elaborar um programa de Governo, com propostas alternativas para a área económica.

Após o encontro, que juntou

Miguel Beleza, Alípio Dias, Mira Amaral, Couto dos Santos, Tavares Moreira, Walter Marques, entre outros, o presidente da mesa do congresso, Ângelo Correia, explicou que a reunião teve como objectivo «ajudar a perceber a economia do país e o que é possível e necessário fazer para que o país seja melhor».

Ângelo Correia informou que esta foi a primeira de várias reuniões, uma vez que o PSD vai reunir com especialistas de todas as outras áreas da sociedade.

«Queremos fazer um trabalho de fundo, sério, pensado e organizado meses largos antes das eleições, de modo a que o país tenha uma ideia daquilo que nós pretendemos para Portugal», sublinhou o presidente da mesa do congresso. – Gab. Imp. PSD

PS sem maioria absoluta se eleições fossem hoje

O Partido Socialista não alcançaria a maioria absoluta se as eleições se realizassem hoje, segundo os resultados de Janeiro do Barómetro Político da Marktest, que revelam ainda uma aproximação entre o PS e o PSD.

De acordo com este estudo, o PS voltou a registar uma quebra nas intenções de voto, à semelhança do que tinha ocorrido em Outubro de 2007, estando agora nas intenções de voto com um valor de 38,1%, seguido do PSD com 33,5%.

O PCP/CDU, com 9,9% de intenções de voto, mantém-se desde Setembro de 2007 como a terceira força partidária. BE e CDS/PP surgem em quarto e quinto lugar, respectivamente.

Verifica-se ainda a tendência de subida nas intenções de voto no CDS/PP desde Outubro de 2007, alcançando em Janeiro de 2008 6,3%, ou seja mais 3,4 pontos

percentuais do que em Outubro de 2007.

Quanto à avaliação da imagem do Presidente da República, nos primeiros meses do seu mandato, a actuação de Cavaco Silva foi considerada positiva por 35 a 45% dos inquiridos em cada mês. Em Junho de 2006 esse valor sobe para 61,6% e desde então não volta a descer abaixo dos 60%.

Este mês, uma vez mais, mantém-se esta situação, registando-se 64,2% de avaliações positivas - no entanto, menos 5,7 pontos percentuais do que o registado em Novembro de 2007, altura em que Cavaco Silva registou o valor mais alto de avaliações positivas face à sua actuação.

Na avaliação da imagem do primeiro-ministro e líder do PSD verifica-se que é este mês que se regista a menor percentagem de inquiridos que consideram a actuação de José Sócrates positiva: 31%.

Após dois anos em que se registaram flutuações na sua imagem, José Sócrates observa agora uma perda de 15,5 pontos percentuais face a Fevereiro de 2006.

Quando Luís Marques Mendes deixou a liderança do PSD, em Setembro de 2007, apenas 18,1% dos inquiridos avaliaram positivamente a sua actuação.

No primeiro mês em que a actuação de Luís Filipe Menezes é avaliada como líder do PSD, Outubro de 2007, 25% dos inquiridos consideram-na positiva.

O estudo foi realizado com base num universo constituído por indivíduos de ambos os sexos com idade igual ou superior a 18 anos, residentes em Portugal Continental. No total foram inquiridas 799 pessoas, sendo 158 deles da área da Grande Lisboa.

A recolha da informação decorreu entre os dias 15 e 18 de Janeiro de 2008. – Fonte: Blog do Presidente / www.luisfilipemenezes.com



Barreiras Duarte acusa MOP de ter mentido quanto à promessa de minimizar danos ambientais no trajecto do TGV

O deputado social-democrata Feliciano Duarte reclamou no início deste mês, a suspensão da escolha do traçado ferroviário de alta velocidade, acusando a tutela de lhe ter mentido quanto à promessa de minimizar os danos ambientais no distrito de Leiria.

“Mentiram-me e isso não pode acontecer”, afirmou à Agência Lusa Feliciano Duarte, referindo-se a uma resposta do Ministério das Obras Públicas onde se podia ler a promessa de minimização dos danos ambientais.

Reagindo à notícia da SIC dando conta que os técnicos da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) do Centro emitiram um parecer desfavorável sobre todos os traçados, Feliciano Duarte manifestou-se “altamente preocupado e indignado”. “A confirmar-se esta informação é algo de muito grave porque pelos vistos foram prestadas informações falsas” por parte da tutela, que garantiu que não existiam problemas ambientais, afirmou o deputado do PSD.

Ainda segundo aquele canal de televisão, o vice-presidente da CCDR afastou os técnicos e emitiu um novo parecer favorável ao troço que foi agora escolhido, mais a Oeste da cidade de Leiria.

Caso o Governo ou a CCDR não esclareçam esta questão, Feliciano



Duarte promete “utilizar todos os mecanismos parlamentares à

disposição” para exigir uma resposta. “Entendo que estão feridos alguns dos mais elementares princípios de confiança nas instituições” até porque a resposta do ministério foi a um deputado que representa um “órgão de soberania”, disse.

Nessa resposta, o ministério apresentou “informações erróneas e falsas”, acrescentou Feliciano Duarte, que reclama assim uma reanálise de todo o processo.

“Estamos a mexer com coisas que devem merecer uma suspensão total deste processo ao nível do traçado e dos estudos”, explicou o deputado.

Nessa resposta, a tutela explicou que o traçado final terá sempre medidas de engenharia que visam a “minimização dos impactes negativos”, através soluções como a construção de túneis e viadutos, a atenuação de ruído com barreiras acústicas, a garantia de locais de atravessamento para a fauna a que se somará depois a identificação e acompanhamento arqueológico de qualquer património detectado.

No entanto, no distrito de Leiria, o



traçado do TGV tem suscitado diversas críticas das autarquias, nomeadamente em Alcobaça e Pombal, que acusam os promotores da linha de não dividirem povoações inteiras e prejudicarem o desenvolvimento de várias localidades.

A associação ambientalista Quercus criticou também a avaliação de impacto ambiental, apontando o facto do troço atravessar a “ribeira do Mogo, em zona calcária protegida”, além de outras zonas de reserva ecológica nacional (REN).

Jorge Costa teme que o Governo tenha descido “ao domínio do vale tudo, substituindo técnicos só porque não concordam com o que o executivo quer”.

O PSD desafiou hoje o PS a viabilizar a audição parlamentar dos ministros das Obras Públicas e Ambiente e do presidente da CCDR Centro para esclarecer as alegadas pressões para alterar pareceres sobre traçados do TGV.

“Votaremos a favor dos requerimentos que, entretanto, já deram entrada na Assembleia da República, esperando que o PS também os vote favoravelmente e não volte a usar, como faz sistematicamente, o rolo compressor da maioria para impedir as audições”, afirmou deputado do PSD Jorge Costa, em declarações à Lusa.

Notícias divulgadas nos últimos dias pela Informação, falam de alegadas “pressões” por parte da CCDR Centro para que técnicos superiores alterassem o parecer que considerava inviáveis todos os traçados propostos pela RAVE para o projecto de Ligação Ferroviária de Alta Velocidade, entre os concelhos de Alcobaça e Pombal. Ainda segundo as notícias divulgadas, este processo terá resultado no afastamento compulsivo dos técnicos em causa da comissão de avaliação do projecto.

Por seu lado e manifestando-se “preocupado” com as notícias vinda a público, Jorge Costa disse temer que o Governo esteja “no domínio do vale tudo, substituindo técnicos só porque não concordam com o que o executivo quer”.

“Parece ter algo a esconder”, criticou, considerando que este caso é demonstrativo da “teimosia e soberania do Governo”.

“Estamos perante um processo sinuoso, mais uma trapalhada”, acrescentou.

Jorge Costa reiterou ainda a necessidade de se estabelecer um “amplo consenso nacional” sobre o projecto do TGV, sublinhando que o PSD não está contra a alta velocidade, mas apenas contra “a forma despesista como o Governo quer avançar com o projecto”.

“O TGV tem de ser objecto de um debate nacional e de uma análise comparada entre as várias opções de traçado. Pensávamos que o Governo



tivesse aprendido alguma coisa com a Ota”, acrescentou.

Tempos de Antena em formato publicitário?

Os partidos políticos portugueses estão divididos face à possibilidade de transformar os actuais tempos de antena em anúncios publicitários, como vai acontecer em Espanha, com PS, PSD e CDS-PP a admitirem a mudança e PCP e BE a rejeitarem.

Contactados pela agência Lusa, deputados que representam os partidos socialista, social-democrata e popular afirmaram admitir a evolução dos tempos de antena políticos para anúncios em formato publicitário, embora todos tenham colocado condições para essa transformação poder acontecer.

Já os representantes do Partido Comunista e do Bloco de Esquerda mostraram-se contra essa possibilidade, alegando que a mensagem política poderia ser confundida.

Em Espanha, os partidos políticos com representação parlamentar aceitaram uma proposta feita esta semana pela TVE para substituir os tradicionais tempos de antena, que a estação pública é obrigada a transmitir

durante as campanhas eleitorais, por modernos ‘spots’ publicitários de 30 segundos de duração.

“Se houvesse consenso [de todos os partidos] era uma coisa a ser estudada”, disse à Lusa o deputado socialista Arons de Carvalho, assumindo que não tem “nada contra”.

Apesar de considerar os tempos de antena “espaços públicos melhores” - por serem “menos redutores” - Arons de Carvalho admite que os anúncios publicitários são “mais apelativos”.

Também Agostinho Branquinho, do PSD, considera necessário uma evolução em relação aos tempos de antena que existem actualmente.

“Admito que os partidos políticos deviam fazer um esforço de reflexão sobre estas realidades”, disse, acrescentando que “hoje as pessoas não estão disponíveis para tempos de antena de 4 ou 5 minutos”.

Para o deputado social-democrata, a evolução a seguir deve ser a do “aparecimento da publicidade política na televisão”, devendo “manter-se a tradição europeia de proibição das campanhas negativas”.

Sublinhando que “não se deve confundir tempos de antena com publicidade mesmo que com publicidade política”, Agostinho Branquinho admitiu que “esta questão é bem mais importante do que a

discussão sobre os horários dos tempos de antena que foi feita no ano passado”.

O CDS-PP é ainda mais peremptório. Para este partido, a adopção de anúncios publicitários em substituição dos tempos de antena é um passo “interessante”, perante o qual o partido adopta uma “posição de abertura”, como referiu à Lusa o secretário-geral dos populares, João Almeida.

“Aceitaríamos discutir” a hipótese “desde que [fossem anúncios] onde não se consiga confundir a mensagem política com espaços comerciais, que se continue a manter a representatividade dos partidos e que sejam espaços gratuitos”, defendeu o responsável, considerando que “qualquer proposta que tenha a ver com melhorar a comunicação é interessante e pode ser positiva”.

Mas se estes três partidos se manifestam abertos à eventualidade de Portugal seguir as pisadas espanholas e adoptar ‘spots’ publicitários em vez de tempos de antena tradicionais, o PCP e o Bloco de Esquerda mostram-se completamente contra.

“Rejeitamos de forma absoluta”, asseverou o dirigente comunista Vasco Cardoso, afirmando que “os tempos de antena não podem ser confundidos com publicidade comercial”.

Em Espanha, a alteração será adoptada também pela emissora pública de rádio (RNE) e conta com a aceitação da Junta Eleitoral Central.

De acordo com a proposta, a que as várias facções espanholas deram o “sim”, os grandes partidos de âmbito nacional (PSOE E PP) irão dispor de 90 espaços que, no total, somarão os 45 minutos a que têm direito pela sua representação parlamentar. Já a Izquierda Unida terá direito a 60 anúncios, que representam 30 minutos.

O acordo acrescenta que estes espaços serão emitidos ao longo de toda a programação (manhã, tarde e noite) e em todo o território nacional.

Os partidos das regiões autónomas também terão direito a anúncios que serão emitidos durante a programação nacional da RTVE, mas circunscritos às suas comunidades autónomas.

Até agora, tanto a televisão TVE como a rádio RNE emitiam extensos blocos de propaganda eleitoral durante as campanhas eleitorais durante os quais os vários partidos expunham as suas propostas sobre os diversos temas.

No entanto, esses espaços tinham pouca audiência e os dados das empresas de estudos de mercado indicavam que muitas pessoas que estavam a ver televisão ou a ouvir rádio mudavam de estação quando começavam os tempos de antena.

Por isso, o director de assuntos da presidência do grupo estatal RTVE, Jesús Santos, defendeu durante a campanha às últimas eleições legislativas, em Maio passado, a oferta aos partidos políticos de “um modelo mais eficiente de espaços gratuitos de propaganda eleitoral”. – **Fontes: Lusa, DN, RDP I**

Intervenção do Deputado Feliciano Barreiras Duarte
Palácio de S. Bento, 31 de Janeiro de 2008



SOBRE O MODELO DE FINANCIAMENTO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO E DE TELEVISÃO E PROPOSTA DO PEV / PARTIDO ECOLOGISTA “OS VERDES”

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
O Diploma hoje aqui em debate, que nos é proposto pelo PEV / Partido Ecologista os Verdes, tem por objectivo alterar a Lei nº 30 do ano de 2003 – que aprova o Modelo de Financiamento do Serviço Público de Radiodifusão e de Televisão - com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 230 / 2007.

O PSD neste, como em todos os debates, referentes aos modelos de financiamento da Rádio e da Televisão Públicas, está sempre disponível para dar o seu contributo, para que Portugal e os portugueses tenham o modelo mais consentâneo com a defesa dos superiores interesses do País.

Aliás, hoje em sede Parlamentar faz todo o sentido enfatizar e recordar o trabalho que nos XV e XVI Governos Constitucionais (dois Governos por nós liderados) realizamos no que diz respeito à recuperação financeira dos canais públicos quer de Rádio quer de Televisão.

A larga maioria dos portugueses, de várias idades e condições sociais, da esquerda à direita, têm ainda bem presente o que de 2002 a 2005 fizemos para devolver ao País Canais Públicos de Rádio e de Televisão, com as contas em dia, cumprindo efectivamente com as suas responsabilidades de prestar um efectivo Serviço Público.

Ainda hoje, a RTP, beneficia extraordinariamente desse trabalho realizado. Outra conversa será acompanhar-mos e avaliar-mos se com

as ultimas alterações verificadas ao nível do Conselho de Administração, se vamos, para pena de todos nós, assistir a um retrocesso, neste capítulo como noutros que já destacamos várias vezes.

Mas,
Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados

O Diploma que hoje aqui debatemos apresenta-nos uma proposta que a ser aprovada, representará um retrocesso no modelo de financiamento do processo de reestruturação financeira por várias razões a saber:

1 – Porque a RTP atravessa uma fase de esforçada recuperação financeira (que resulta quer de uma contenção dos custos operacionais quer de um substancial aumento das subvenções públicas previstas, a somar ao acréscimo das receitas derivadas da contribuição, para o audiovisual estimado em cerca de 26 % só entre 2004 e 2006) que tem permitido o cumprimento escrupuloso dos objectivos e compromissos previstos no acordo de reestruturação financeira plurianual iniciado no ano de 2003, com impacto directo no pagamento da dívida da RTP.

2 – Porque a entrada em vigor da Lei nº 30 de 2003, que aprovou a arquitectura jurídica financeira do modelo de financiamento do serviço público de radiotelevisão e de Televisão, a contribuição para o audiovisual não pode ser juridicamente uma taxa.



3 – Porque o modelo de financiamento na sua arquitectura jurídica e legislativa, assenta em quatro fontes primárias:

- As receitas comerciais de publicidade
- As dotações de Capital
- As indemnizações Compensatórias
- E as contribuições para o audiovisual que não sejam alocadas à RDP.

4 – E, por ultimo porque não faz sentido de forma avulsa, que se altere

algumas das premissas do actual modelo vigente,

Por tudo isto,
Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados,
O PSD, ontem no Governo, hoje na oposição e no futuro no Governo do País de novo, mantém a sua posição na avaliação destas matérias com sentido de Estado.

E, por isso irá votar contra esta Proposta.

Disse.

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO PEDRO QUARTIN GRAÇA, NO PLENÁRIO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Senhor Presidente,
Senhores Deputados,

Quis o regimento desta Assembleia que eu me pronunciasse a 31 de Janeiro, data de uma longínqua revolução republicana no Porto. Neste lugar, já outros evocaram a data, com o respeito pelos homens que fizeram o 31 de Janeiro, ou que o prepararam no campo das ideias.

Também eu quero homenagear o patriotismo e a isenção desses revoltados porque eles faziam da acção política alguma coisa

mais do que servir interesses. Esse exemplo de arranque nacional para uma obra concreta em favor das comunidades, o apelo às raízes, a

entrega ao bem comum, foi o que ficou.

A dar-lhe o ardor das grandes horas colectivas, havia o sentimento da honra nacional ferida pelo Ultimatum. Para o homem comum, o 31 de Janeiro foi o gesto heróico de um povo que acabava de sofrer o insulto e o esbulho por parte da superpotência da época. E também D. Carlos logo devolveu à rainha Vitória de Inglaterra as condecorações com que o agraciara. Humano e generoso se mostrava também quando, após a revolução frustrada de 31 de Janeiro, referindo-se às prisões dos revolucionários, o Rei recomendava que fossem bem tratados, pois «eram criminosos de pensamento e de ocasião»...

No calendário, o 31 de Janeiro é

seguido pelo 1 de Fevereiro e é sobre ele que me quero pronunciar, destacando as figuras europeias de D. Carlos e de D. Manuel II como Chefes de Estado.

O que mais impressionou sempre os que conviveram com D. Carlos era o seu à vontade, o seu natural desembaraço. Pela sua vasta cultura geral, e conhecimento das línguas, a sua informação sobre as grandes questões internacionais, D. Carlos foi por certo um dos monarcas mais europeus do seu tempo.

Com efeito, para se compreenderem as atitudes do Rei a cujas intenções a História começa a fazer justiça, em livros, filmes e inquéritos à opinião, é preciso ter

presente que D. Carlos era um Europeu. A sua visão dos problemas, o seu julgamento dos homens, a sua consciência dos tempos, tinham aí o seu ponto de partida. E, foi esse seu modo de ser, que o ajudou na difícil missão, de nos tirar da situação desesperada em que nos deixara o «Ultimatum». É ele que vai ajudar a reconquistar o prestígio perdido.

Compreendendo o valor de um Chefe do Estado isento e prestigiado, e sabendo manejar os interesses e ambições alheias, D. Carlos salvou a posição internacional de Portugal.

Foi no discurso no Guild Hall que conquistou a amizade do futuro Eduardo VII, e a estima dos meios políticos de Londres, de que então



dependiam os destinos internacionais.

Em Paris contribuiu para a formação da Entente Cordiale de uma maneira que os ingleses tanto reconheceram. E os resultados da acção de D. Carlos manifestaram-se com as visitas a Lisboa, dos Reis da Grã - Bretanha, o imperador da Alemanha, o Presidente da Republica Francesa e dos Reis de Espanha.

D. Carlos não foi um génio que a si próprio se julgasse superior. Nenhuma atitude de soberba ou de vaidade pessoal, a História nele regista. Nem mesmo quando foi o centro político da governação de João Franco, pretendeu partilhar as exterioridades do Poder e do Mando.

D. Carlos quer incitar Franco a prosseguir a acção. Escreve-lhe cartas ardentes, entusiásticas. Mas não surge nelas uma palavra de vã glória pessoal ou reveladora do seu apetite de mando.

Antes, bem se nota que só deseja insuflar o seu ardor ao seu Primeiro-ministro para que ele tenha confiança em si próprio e na sua obra.

Assassinados a 1 de Fevereiro, D. Carlos e o Príncipe Real D. Luiz Filipe, o trono passou àquele que Infante nascera, e para simples Infante fora educado. O Infante D. Manoel assumiu as responsabilidades de ser rei.

Conta-se que um dia, ao ser distribuído o bolo-rei num jantar do Paço, cada um dos convivas procurava na sua talhada, a prenda habitual (antes da ASAE...). Saíra ela ao Príncipe Real que, num gesto de gentileza, a passou disfarçadamente ao Infante. E como alguém lhe perguntasse porque procedera assim, o Príncipe Real respondeu: - Deixe! Ele será Rei sempre que eu possa! E nesse jantar, bebeu-se à saúde do Rei D. Manoel.

Anos volvidos, o Infante subia ao trono, em circunstâncias trágicas.

Nasceu em 15 de Novembro de 1889, dia da proclamação militar republicana no Brasil, e viveu até aos 18 anos em época sombria para a dinastia de Bragança, dada a revolta dos ambiciosos, e a cólera dos mediocres.

Esse ambiente de tempestade, estimulada pela falta de qualidade dos velhos partidos políticos, levou ao crime de 1908, privando o país de D. Carlos, cuja obra inconfundível se está hoje impondo, e de um Príncipe que era então uma esperança.

A 1 de Fevereiro de 1908, o Infante D. Manoel tomou nas mãos a Realeza de Portugal.

Todos os que o conheceram desde a infância até esse dia trágico, confirmaram a sua bondade, a sua simplicidade, a sua modéstia, a sua sinceridade, a sua inteligência, o seu amor ao saber, o seu culto pela arte, e o seu desejo de bem servir.

A 3 de Outubro, no dia em que mataram Miguel Bombarda, estava D.



Manoel II a despacho, assinando os diplomas do Estado. Quando lhe dão a notícia com expressão depreciativa sobre o assassinado, o rei pousou a pena, e observou: «Porque chama isso ao Bombarda? Porque é republicano? Não é razão. Todos têm o direito de ser o que quiserem...»

Para D. Manoel II, só existia uma expressão – Portugal, e dentro de Portugal, só conhece portugueses.

Durante o exílio, ninguém lhe ouviu uma palavra desdenhosa ou ofensiva para o país que não o compreendeu; nem contra a desorientação dos partidos monárquicos. Não se queixou aos Soberanos nem aos Governos estrangeiros.

Chefe de Estado por vontade da história, e aclamado rei pelo Parlamento, nada devia a Realeza aos caprichos de qualquer partido, a qualquer grupo de interesses, ou a um sufrágio artificial.

Ainda em Portugal, o problema da classe operária preocupava-o tanto, que no meio da agitação política tempestuosa, é para ela que a sua atenção se dirige.

Exilado, defende intransigentemente as posições de Portugal durante a 1ª guerra mundial. E morto em circunstâncias ainda por apurar, não se lhe conhece qualquer apoio à 2ª república, o Estado Novo de Salazar, que sobre as suas cinzas ainda quentes, criou uma imagem da inevitabilidade republicana, esbulhando os descendentes do duque de Bragança de um património em que nem a 1ª República se atrevera a tocar.

Senhor Presidente, Senhores Deputados,

Passaram cem anos desde o 1 de Fevereiro.

As transformações político-sociais em curso e os processos inerentes à globalização, cada vez mais exigem pensar globalmente e agir localmente. Cada vez mais carecemos de uma valorização dos factores locais, comunitários e ecológicos que ao longo dos séculos, consolidaram Portugal e conformaram o nosso território.

O recente Tratado de Lisboa veio uma vez mais comprovar que a Europa normal é a que resulta das negociações

intergovernamentais entre Estados soberanos, deixando para segundo plano a miragem de uma federação europeia.

O prestígio próprio e institucional do Chefe de Estado e a identificação espontânea e afectiva entre a comunidade portuguesa e o seu representante máximo são cada vez mais indispensáveis para o reconhecimento externo e para vitalidade interna do país europeu, atlântico e lusófono que somos.

Nestas circunstâncias, é necessário e legítimo que os portugueses se interroguem sobre se a Chefia do Estado deve apenas depender, como a actual Constituição estabelece, de um acto eleitoral cada vez mais objecto de absentismo; ou se, pelo contrário, deverá processar-se mediante uma escolha simultaneamente ética, cultural e histórica, uma escolha legitimada por consenso democrático e assente na sua ligação às raízes de Portugal.

Parece claro que, na sua maioria, os portugueses não são maioritariamente nem monárquicos nem republicanos; são democráticos. Mas, chamados a debate, querem “o bem da república” no sentido clássico do bem comum. E, convidados à reflexão, reconhecem que a Instituição Régia que observam nas modernas monarquias europeias – e com os exemplos muito recentes do prestígio do rei dos Belgas, da rainha de Inglaterra e do rei de Espanha – é a melhor garantia de equidistância perante as demais instituições nacionais e perante os Estados nossos parceiros na União Europeia.

Cem anos depois do duplo crime do 1 de Fevereiro, não é sensato que o país continue a desperdiçar esse tesouro que outros povos souberam preservar: a independência e a dignidade institucional do Chefe do Estado por meio das instituições monárquicas.

Um monarca tem, de facto, condições para promover com eficácia e isenção a solidariedade nacional e a independência do poder judicial e das Forças Armadas, bem como para projectar a nossa representação externa com prestígio e continuidade.

É esta a reflexão que aqui deixamos, convictamente seguros de que os Reis hão-de regressar, mas que só o farão com o apoio e correspondendo ao apelo do Povo português.

Como reprovamos o comportamento daqueles que, por despacho, impedem agora a participação de bandas militares na evocação de um antigo Chefe de Estado de Portugal.

Assembleia da República, Lisboa, 31 de Janeiro de 2008

O DEPUTADO

PEDRO MARTIN GRAÇA

Intervenção
Deputado Adão Silva
01 de Fevereiro de 2008

“Alteração à Lei 53-B/2006, de 29 de Dezembro”

No momento em que se debatem três Projectos de Lei referentes à Lei 53-B/2006 de 29 de Dezembro, é tempo de avaliarmos os efeitos que trouxe para os pensionistas Portugueses a Lei de Bases da Segurança Social e, em especial, a nova fórmula de cálculo das pensões.

A situação é iniludível e os cerca de três milhões de pensionistas sentem bem no seu bolso os efeitos de uma lei da responsabilidade deste Governo: **as pensões estão a baixar em valor absoluto e perdem poder de compra.**

Para esta perda acentuada do poder de compra das pensões está a contribuir a fórmula de cálculo que a Lei 53-B/2006 comporta.

Quero, antes de mais, deixar claro que o Partido Social-democrata concorda com a institucionalização de uma fórmula de cálculo das pensões que dê transparência ao processo, evitando-se as arbitrariedades e os oportunismos políticos, e mais concretamente político-eleitorais, na determinação dos aumentos das pensões.

Em matéria com tamanha sensibilidade social como é a variação dos montantes das pensões, os Governos têm de ser sérios, rigorosos, objectivos e as regras têm de ser conhecidas por todos os cidadãos.

Apesar disso, o Partido Social-democrata votou contra a Lei, agora em apreciação, particularmente, no que diz respeito à complexa fórmula de cálculo das pensões.

Do nosso ponto de vista, estão errados particularmente dois aspectos.

O primeiro é o facto de o crescimento do PIB só contribuir para o aumento das pensões mais baixas a partir do momento em que cresça acima de 2%.

O segundo tem a ver com o facto de a fórmula de cálculo não prever nenhum mecanismo de aumento intermédio das pensões, no caso de se verificar, ao longo do ano, um valor da inflação superior àquele que serviu de base ao cálculo da actualização das pensões que, recorde-se, é o referente ao mês de Novembro do ano anterior.

Impõe-se recordar que este Governo tem errado sempre na previsão do valor anual da inflação



avaliando-o abaixo do valor final e real.

Estes dois aspectos devem ser corrigidos, sob pena de continuarmos a assistir a uma situação que é de todo inaceitável: as pensões crescem cada vez menos, perdem poder de compra e, por outro lado, a sistema de segurança social apresenta um saldo de valor absolutamente inusitado.

Isto é, o Governo, sem qualquer complacência, retira dinheiro aos pensionistas para criar uma reserva financeira que irá administrar a seu bel-prazer.

Onde está o combate à pobreza e à exclusão com que este Governo e o seu Primeiro-Ministro tanto gostam de se engalanar?

Os números da execução orçamental da segurança social, recentemente publicados, deixam tudo muito claro: em 2007, face a 2006, o montante pago em pensões cresceu 6,1%, quando, em 2004, face a 2003, aquele crescimento tinha ascendido a 9,1%.

Isto é, em 4 anos, o valor global das pensões baixou 3 pontos percentuais, quando, como é sabido, aumentou o número de pensionistas, alargou-se a longevidade e cresceram os salários que serviram de base ao cálculo das pensões.

Esta é a verdade, que não é desmentível pela retórica do Governo que tanto prega o combate à pobreza e à exclusão social.

Se o Governo quisesse, de facto, combater a a pobreza e a exclusão, aumentaria, como se impõe, as pensões, sobretudo as mais baixas,

garantindo-lhes um valor acima da inflação.

Mas já percebemos todos que o Governo fez outra opção.

Intranquilo com os protestos populares, consciente que as medidas políticas tomadas são reprovadas pela maioria dos cidadãos, acossado pela proximidade das eleições de 2009, o Governo optou por anunciar medidas de combate à pobreza que não passam de um fogo-fátuo.

É a solidariedade reduzida a “*sound-byte*”.

São proclamações de “*out-door*”.

No debate de anteontem, o Primeiro-Ministro anunciou três supostas medidas de combate à pobreza que nem o Ministro da Solidariedade sabia quantificar, quer no que se refere ao número de cidadãos abrangidos, quer aos montantes envolvidos.

Para nós, estas medidas são incipientes e não ganham a consistência que se impõe a medidas sérias de combate à exclusão e de promoção de maior justiça, solidariedade e coesão social.

Para nós, trata-se de uma espécie de solidariedade de capelinhas, sem a transversalidade social que se impõe.

O Governo opta por dar apoios específicos, mal quantificados e escassamente estudados a pequenos grupos sociais, esquecendo os milhões de pensionistas.

Nesta opção de política social de “*out-door*”, o Governo foi ao ponto de manipular a própria comunicação social ao referir que o aumento extraordinário, a partir de Abril, para o Complemento Solidário para Idosos seria de cerca de 75 Euros mês, como muitos órgãos de comunicação social referiram, quando o aumento é menos de um terço deste valor, isto é, 23 Euros, ou, para sermos absolutamente rigorosos, 22 Euros e 54 cêntimos.

Quem tiver dúvidas e, em especial aos senhores jornalistas aconselhamos a leitura atenta Decreto-Lei 232/2005 de 29 de Dezembro, em especial do seu Artigo 19º e da Portaria 17/2008 de 10 de Janeiro em especial do seu artigo 2º.

Anúncios iguais ou parecidos àqueles que o Primeiro-Ministro fez na

passada quarta-feira vão ser, seguramente, o pão-nosso de cada dia.

Perturbado pelos apupos, sentindo o chão a escorregar-lhe debaixo dos pés, desesperado pela queda nas sondagens, o Primeiro-Ministro vai agora querer ser um mãos largas.

Por isso, não será de admirar que, em nome de um certo combate à pobreza e sustentado pelo saldo bilionário da segurança social de 2007, o Primeiro-Ministro vá anunciando medidas, como quem tira coelhos da cartola, num acto de prestidigitador deslumbrado com os próprios actos de mágica.

Porém tudo isso soará a falso.

Soará a falso porque para além da precipitação e da inconsistência já acima referidas, não se calarão as vozes dos milhões de pensionistas que vêm que os montantes que recebem de pensão não chegam para pagar os bens essenciais: o pão, o leite, os medicamentos.

Sabemos quanto o senhor Primeiro-Ministro aprecia a política espectáculo.

Como lhe apraz a proclamação inesperada e surpreendente.

O gozo que lhe dá o anúncio fácil e inconsistente.

Mas o senhor Primeiro-Ministro já devia saber que estes não são comportamentos sérios e são de uma fatal efemeridade.

É que nestas coisas, a verdade, tarde ou cedo, vem sempre ao de cima.

Veja-se o caso da promessa da criação dos 150.000 postos de trabalho. Onde estão?

Mera política de “*out-door*”.

Ou então o caso dos 300.000 idosos a quem seria atribuído, até 2009, o Complementar Solidário para Idosos. Para já, só 62.000 foram contemplados. Para quando os restantes 238.000?

Mais uma vez política de “*out-door*”.

Este não é o caminho certo para uma política de verdadeiro combate à pobreza e à exclusão.

Esta política só pode ser reprovada pelos portugueses e pelo PSD.



INTERVENÇÃO DO DEPUTADO JOSÉ EDUARDO MARTINS

AR, 2008.01.31

O PSD lança hoje novo alerta político sobre o atraso de execução do QREN e sua desadequação para a resolução dos verdadeiros problemas de Portugal, porque a manhosa apatia do Governo importa, de facto, o desperdício desta oportunidade de ouro, porventura a derradeira para alavancar um crescimento sustentável que, mais de vinte anos passados sobre a integração europeia, ainda não logramos alcançar.

A paz e a segurança que retiramos da confiança no projecto europeu anda há muito de braço dado com a legítima expectativa de uma vida diferente, de um país mais produtivo, com pessoas mais qualificadas, com melhores salários: em suma com mais qualidade de vida.

O diagnóstico está feito, ficou por exemplo feito, na Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável que este governo herdou e meteu na gaveta...

O objectivo estratégico só pode ser afinal uma vaga de crescimento sustentado de longo prazo para garantir o futuro das novas gerações e dotar Portugal de capacidade para explorar as oportunidades da *economia baseada no conhecimento*.

E, para lá chegar, precisamos de elevar o nível de qualificações e habilitações da população.

Promover a mudança no padrão de actividade do país e estimular o nosso potencial endógeno assente em actividades de futuro alinhadas com as novas dinâmicas do comércio internacional.

Promover a investigação, inovação e desenvolvimento tecnológico. Fazer do esforço de sustentabilidade uma oportunidade de crescimento de actividades geradoras de emprego e de inovação.

Nada disto está a acontecer e se o QREN, por si só, não resolve tudo é obviamente o principal instrumento de desenvolvimento dos dois eixos principais de suporte desse crescimento: o incremento do investimento e a qualificação dos portugueses.

Ora, lamentavelmente, a condução que o governo fez e faz deste processo



é uma história de incapacidade, oportunismo e irresponsabilidade.

Incapacidade de concluir o processo em tempo útil – desde 2005, a cada seis meses o Ministro responsável prognosticou, sem nunca nunca acertar.

Tantos foram as metas falhadas que, do indiferente opórbrio do Ministro passámos ao puxão de orelhas a Portugal, pela Comissária responsável que escreveu ao Governo em Julho de 2006 dizendo, e cito:

“Gostaria de chamar a atenção de V. Exa. para o facto da maioria dos Estados Membros já terem enviado à Comissão Europeia os respectivos projectos de Quadro de Referência Estratégico Nacional e de, em muitos casos, as discussões já estarem numa fase avançada. Portugal ainda não submeteu qualquer projecto de QREN e, segundo as informações prestadas aos meus serviços nos finais de Junho, será só na segunda quinzena de Outubro que o QREN, já na sua versão formal será apresentado (afinal, foi em Janeiro deste ano)... gostaria de lembrar que uma apresentação tardia de um projecto de QREN poderá implicar consideráveis atrasos na adopção dos programas operacionais...”

Mas depois de entregues os programas eles revelaram nova e pior incapacidade: a de produzir instrumentos adequados à resolução dos problemas que estavam afinal bem identificados.

Aqui para que não se julgue ser só a nossa visão vale a pena citar o relatório do CES:

Ausência de uma estratégia clara de desenvolvimento a longo prazo;

Não explicitação da dimensão social e de coesão territorial em articulação com as políticas de competitividade;

Omissão de uma política de promoção de pequenas e médias empresas;

Insuficiente justificação da afectação de recursos de elevado montante a grandes projectos de infra-estruturas, como é o caso Novo Aeroporto de Lisboa e do Comboio de Grande Velocidade;

Falta de articulação explícita do QREN com a multiplicidade de programas e planos, sucessivamente anunciados pelo Governo;

Agravamento das políticas de concentração extensíveis ao modelo de governação do QREN.

Separação do QREN das políticas de desenvolvimento rural e das pescas e não inserção destas últimas na estratégia de desenvolvimento nacional;

De facto, temos um programa de valorização do território onde passadas as obras do TGV, do Aeroporto e da teimosia de recusa de parcerias público-privadas no sector do ambiente, pouco sobra para o que quer que seja e, sobretudo, nada sobra para o interior.

Um programa dos factores de competitividade que reserva quase metade das suas disponibilidades aos PINS que acentuam a litoralização da economia e um programa de qualificação de recursos humanos completamente falho de estratégia, apesar da vastidão dos recursos.

Hoje estamos confrontados, para completar o ramalhete, com a incapacidade de pôr o QREN a funcionar.

Resulta de tudo isto mais do que a incapacidade o oportunismo político de guardar a execução para 2009 com dois propósitos tristemente claros: o foguetório eleitoral nessa altura e até lá o completo falsear do déficit das contas públicas.

E esta mescla de incapacidade e oportunismo revelam apenas e só a irresponsabilidade cujo resultado se mede em muitos indicadores mas sobretudo em dois muito expressivos:

o Uma queda de 24% de investimento nos últimos três anos enquanto na Europa subiu 6% no mesmo período.

o E uma dramática taxa de emprego de 8,3%.

Pela nossa parte não compactuamos com a incapacidade, o oportunismo e a irresponsabilidade.

E não desistiremos, de denunciar, de participar e de corrigir o possível quando, em breve, os portugueses nos conferirem de novo a responsabilidade de governar.

Assim não vamos lá!

Álvaro Santos (*)

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) representa a aplicação da política comunitária de coesão económica e social em Portugal, no período 2007-2013.

Por esta via, o nosso país vai dispor de um envelope financeiro de 21,5 mil milhões de euros, durante os próximos 7 anos. Isto representa, qualquer coisa como 10 milhões de euros por dia.

A boa e rápida aplicação destes fundos é fundamental para Portugal estancar a trajectória de divergência económica relativamente à União Europeia (UE), em que o nosso país está mergulhado há já alguns anos.

Portugal está a crescer menos de metade do que a UE e, por exemplo, se compararmos a evolução do PIB per capita, relativamente à média europeia, constatamos que, entre 2004 e 2008, a Estónia vai registar um aumento de quase 20%, passando de 57% para 77% da média europeia, enquanto que, Portugal, verá o mesmo indicador baixar em 2%, passando de 75,2% para 73,2%. Ou seja, de uma posição de vantagem acaba por ser ultrapassado pela Estónia, que apenas aderiu à UE em 2004.

No que diz respeito ao Norte de Portugal, é sabido que esta região é mais populosa do país, com 3,7 milhões habitantes, o que representa 35,4% da população portuguesa. A Região do Norte representa 28% do PIB nacional,

35% do emprego e 43% das exportações nacionais. Portanto, os problemas da competitividade da Região são os problemas da competitividade do País e vice-versa.

O Norte de Portugal passou de uma das regiões mais industrializadas da Europa, há uma década atrás, para uma das regiões mais pobres, mesmo já considerando o universo da União Europeia com 27 Estados-Membros.

Um estudo recentemente divulgado pelo INE revela que a população do Norte de Portugal tinha um rendimento bruto anual entre 7.000 e 8.000 euros, sendo o mais baixo de todas as regiões da Península Ibérica. Mais espantoso é que, a mesma população apresentava despesas médias em bens básicos de consumo na ordem dos 8.300 euros anuais, o que demonstra bem a insustentabilidade da situação financeira dessas famílias.

O desemprego é outro dos flagelos desta região. O desemprego tem crescido no Norte de Portugal mais do que em qualquer outra região portuguesa e, desde há 5 anos, a taxa de desemprego na região supera claramente à média nacional. A taxa de desemprego quase triplicou nos últimos 6 anos, passando de 3,7%, em 2001, para 9,5%, em 2007.

Por tudo isto, o QREN poderia ter sido a grande oportunidade para, em 2007, o Norte de Portugal começar a

inverter a trajectória de divergência relativamente ao País e à Europa. Poderia, mas não foi.

Supostamente, o QREN deveria ter sido iniciado a 1 de Janeiro de 2007, mas, na verdade, só em Outubro do ano passado é que o Governo português assinou formalmente com a Comissão Europeia os Programas Operacionais do QREN. Só depois dessa data é que começaram a ser conhecidos alguns regulamento específicos.

E, por este andar, o ano de 2008 não começa da melhor forma. As primeiras aberturas de concurso para apresentação de candidaturas ao Programa Operacional (PO) Regional Norte deixam, para já, muito a desejar, ficando muito aquém das expectativas e das reais necessidades.

Senão vejamos. Dos 2,7 mil milhões de euros previstos no PO Regional do Norte, apenas 130 milhões são disponibilizados às autarquias, nesta primeira abertura de candidaturas. Ou seja, são apenas 5% dos fundos comunitários. É muito pouco.

E, mais grave é que não há indicação de nenhuma programação financeira para o resto do ano, ou até ao final do programa em 2013. Deste modo, torna-se muito difícil para os municípios fazerem a sua própria programação de investimentos para os

próximos anos.

A título de exemplo, refira-se o que se passa ao nível da educação. O concurso para a “Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar” disponibiliza apenas 35 M€ para todos os municípios da Região do Norte, nesta primeira chamada. Contudo, só as necessidades indicadas pelas Cartas Educativas dos Municípios da Área Metropolitana do Porto atingem um valor de 160 M€.

Um outro exemplo paradigmático da justificada preocupação de diversos agentes públicos e privados prende-se com os atrasos e indefinições no domínio da “Competitividade, Inovação e Conhecimento”. Uma área tão importante para o desenvolvimento económico e acolhimento empresarial da região que, reconhecidamente, é o motor das exportações nacionais. Este eixo que está dotado de um volume de investimento de 786 M€, o que representa 29% do total do PO Regional do Norte.

Pelos vistos, parece que só vai receber o “sinal verde” de Lisboa no final do primeiro semestre deste ano. Isto é, um ano e meio depois da data prevista.

Assim, não vamos lá. – (*) *Engenheiro Civil, Mestre em Planeamento do Território, Presidente da CPS/PSD-Ovar*

Sócrates e o lixo debaixo do tapete

João Miguel Tavares (*)

José Sócrates está tramado. Não há forma de sair airoso deste novo Civilgate, agora descoberto na Guarda. Se a notícia do Público for verdadeira e ele realmente tiver andado a assinar projectos alheios, é uma tragédia ética. Se a notícia for falsa e aquelas moradias tiverem mesmo saído da sua cabecinha, é uma tragédia estética. Entre o bem e o belo, é natural que Sócrates se agarre ao bem, que é qualidade mais apreciada num político, mas quando olhamos para aquelas fotografias de casas de emigrantes horrendas made by José damos todos graças a Deus de o homem ter optado pela política em detrimento da engenharia.

Entalado entre dois desastres, Sócrates reagiu de forma desastrada. Eu começo a desconfiar que quem assina o boletim de militante socialista deve ser inoculado com algum vírus que o leva a gritar “cabala!” sempre que confrontado com factos desagradáveis. Eu tinha o nosso primeiro-ministro em melhor conta. Transformar uma notícia perfeitamente legítima, bem fundamentada e assinada por um dos poucos jornalistas que em Portugal ainda fazem investigação a sério, num “ataque pessoal e político” é uma pouca-vergonha. Se Sócrates entende que se trata de uma calúnia, então apresente factos - e não gritinhos históricos.

Eu, pelo meu lado, o que gostava de saber não é porque é que o Público persegue José Sócrates - é porque é que o Público, tendo uma notícia deste calibre nas mãos, optou na primeira página por a colocar em rodapé. É que convém estar atento aos detalhes. Para quem não reparou, a manchete do Público na sexta-feira foi “Democracias fecham os olhos aos abusos das ditaduras, denuncia ONG”, o que para além da elegância da formulação é algo de tão original quanto dizer que as galinhas têm penas e que os cães fazem ão-ão. Ou seja, aquela primeira página não mostra que Sócrates é perseguido - mostra, pelo contrário, que Sócrates mete demasiado medo a demasiada gente, como depois se comprovou pelo manto de silêncio que caiu sobre as pessoas envolvidas na notícia. E este silêncio, francamente, começa a cheirar muito mal.

É que por muita tolerância que o povo português tenha para com a pequena trapaça - e tem, e muita -, há sempre um momento em que se esgota o espaço debaixo do tapete: empurra-se o lixo, mas ele já não cabe. Para Sócrates, este pode muito bem vir a ser esse momento. Ao garantir, preto no branco, que todos aqueles projectos são da sua autoria e responsabilidade, ele cometeu um erro estratégico: enterrou-se neste caso até ao pescoço. Agora, se for apanhado, não tem como sair de mansinho. Uma mentira destas nem o padre Melícias consegue absolver. – Com agradecimentos a JM Tavares e ao DN, © DN e jmtavares@dn.pt



Notícias de Elvas

PSD contra fim de cuidados médicos no Serviço de Atendimento Permanente

O PSD de Elvas exigiu ao governo que suspenda a decisão de acabar com a prestação de cuidados médicos no Serviço de Atendimento Permanente (SAP) do centro de saúde da cidade aos fins-de-semana e feriados.

De acordo com a decisão divulgada na semana passada semana pela Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano (ULSNA), o SAP de Elvas vai sofrer uma redução nos horários e serviços aos fins-de-semana e feriados, a partir de sexta-feira, tal como a unidade de Portalegre.

A medida surge no âmbito da requalificação e redistribuição geográfica dos serviços de urgência, decidida pelo Ministério da Saúde.

Em declarações à agência Lusa, o presidente da comissão política de Elvas do PSD, José Luís Cabaceira, afirmou que o partido “protesta veementemente” contra a medida, exigindo a sua suspensão à nova ministra da Saúde, Ana Jorge.

“Esta situação implica o encaminhamento directo dos doentes para o banco de urgência do hospital de Elvas, aumentando a afluência aos fins-de-semana e feriados”, alertou o mesmo dirigente partidário.

O responsável concelho do PSD advertiu ainda que a transferência directa de doentes para o hospital resultará, pela via da triagem clínica de

Manchester, em “esperas prolongadas”.

“A aniquilação de instituições e serviços públicos no concelho por parte do actual Governo torna Elvas e a região cada vez mais pobre”, realçou.

Pela parte do Bloco de Esquerda, Paulo Cardoso, coordenador em Portalegre, anunciou hoje que o partido vai recolher assinaturas junto ao hospital de Elvas com o objectivo de reivindicar junto do Governo várias melhorias no Serviço Nacional de Saúde.

A suspensão do encerramento do SAP de Elvas é uma das exigências que vai levar o partido a “sair à rua”, prometeu.

“Não compreendemos esta medida, pois a redução de horários no SAP de Elvas vai provocar o entupimento das urgências hospitalares”, observou.

A partir de sexta-feira, aos fins-de-semana e feriados não vão ser prestados cuidados médicos nos SAP de Portalegre e Elvas, sendo apenas prestados cuidados de enfermagem entre as 08:00 e as 13:00.

Durante os fins-de-semana e feriados, os cuidados médicos a prestar às populações serão da responsabilidade dos clínicos de serviço nos respectivos hospitais da



área de residência.

No entanto, os cuidados de enfermagem ao domicílio, prestados pelos respectivos centros de saúde, vão manter-se aos fins-de-semana e feriados, entre as 13:00 e as 16:00.

Os centros de saúde de Portalegre e Elvas continuam, contudo, a assegurar todos os serviços aos utentes nos dias úteis, durante o horário normal de funcionamento, entre as 08:00 e as 20:00.

Fonte da ULSNA garantiu à Lusa

que os novos horários “não afectam os utentes” dos dois centros de saúde.

“Aos fins-de-semana e feriados, a média de utentes no centro de saúde de Portalegre é de duas pessoas por hora”, exemplificou a fonte.

Os responsáveis hospitalares garantiram ainda que a medida também “não vai afectar, nem entupir” as urgências dos hospitais de Portalegre e de Elvas, situados a cerca de 500 metros dos centros de saúde das duas cidades. - Lusa

Notícias de Évora

Duro revés no ataque do PS e do Governo aos trabalhadores de Função Pública

A Comissão Política Distrital do PSD tem vindo a acompanhar de perto e através do grupo parlamentar do PSD todo o processo decorrente do PRACE e do encerramento de vários serviços, principalmente, na Agricultura e Saúde, com particular enfoque nos concelhos rurais, onde a sua ausência prejudicará, em definitivo as populações.

Esta política de encerramento dos serviços básicos nos concelhos do interior, por parte do Governo Socialista, nomeadamente no sector da Agricultura, originou o afastamento arbitrário e não fundamentado de Funcionários dos serviços locais, originando novos problemas sociais naqueles concelhos, cada vez mais empobrecidos e desertificados.

Não pode por isso esta CPD deixar de destacar a posição da Provedoria de Justiça do passado mês, que fez renascer a esperança a todos quantos se consideram vítimas da falta de transparência e da perseguição política que os discrimina e persegue, como há muito não se via no País.

Ao saudarmos as instâncias de Justiça Portuguesa, não podemos deixar de assinalar e condenar os responsáveis políticos por tal situação e, pelos custos que este tipo de actos acarreta para a Administração Central e Local, agravadas pelo desperdício financeiro e de recursos humanos não recolocados nos Governos Cívicos, Hospitais e Finanças, onde seriam necessários, antes substituídos por tarefeiros e por desempregados a receberem subsídio de desemprego (POCs), cujo custo será suportado pelos contribuintes, pois o Orçamento de Estado para 2008, prevê relativamente a 2007, um aumento de 40 milhões de euros nas despesas de pessoal contratado a termo.

É nosso firme propósito mantermo-nos atentos e vigilantes, garantindo assim que o Partido Social-democrata, em Évora, continuará a denunciar todas estas situações de desgoverno, arrogância e perseguição política, em defesa da transparência e rigor na gestão da coisa pública. CPD de Évora – CPD/PSD-Évora

Viana do Castelo

PSD avançará com Providência Cautelar se a Câmara aprovar PDM sem responder às 1731 reclamações recebidas em consulta pública

O PSD ameaçou hoje interpor uma providência cautelar caso a câmara local persista em aprovar o Plano Director Municipal (PDM) sem previamente responder às 1731 reclamações que recebeu na fase de consulta pública.

“É uma questão de cumprimento da lei”, frisou, em conferência de imprensa, o líder da Concelhia social-democrata de Viana do Castelo.

António José Amaral criticou ainda o facto de, mais de um ano volvido após o final da consulta pública do PDM, a autarquia ainda não ter dado resposta “a nenhuma” das reclamações feitas por munícipes e por 38 das 40 juntas de freguesia do concelho.

Para o líder “laranja”, a nova proposta de PDM “é discriminatória e pouco transparente”, pecando ainda por assentar numa “cartografia desactualizada, com mais de 10 anos”.

“Se a câmara não responder a todas as reclamações, explicando os motivos por que umas foram aceites e outras não, avançaremos com uma providência cautelar para evitar a aprovação do PDM em Assembleia Municipal”, garantiu.

O novo PDM preconiza o aumento de 11,3 por cento da área de construção, relativamente ao documento ainda em

vigor e datado de 1991, recaindo a aposta nos núcleos centrais de todas as freguesias do concelho.

“Os índices de construção nos núcleos centrais das freguesias foram aumentados, com o conseqüente decréscimo para as periferias, colmatando-se assim os hiatos na continuidade do solo urbano dos aglomerados”, disse fonte municipal.

“Esta dispersão urbana dificulta a instalação das redes de infra-estruturas como abastecimento de água, iluminação pública, gás e telecomunicações por cabo, compatível com a qualidade de vida requerida actualmente pelas populações”, acrescentou.

O documento prevê apenas o aumento em 6,6 por cento de zonas de equipamentos, espaços públicos de recreio, lazer e turismo, embora seja de 22,3 por cento de zonas industriais e dedicadas a actividades económicas.

O processo de revisão do PDM foi lançado em 1996, com a encomenda de fotografia aérea do concelho, para elaboração de cartografia digital actualizada sobre a qual se desenvolveram os trabalhos técnicos do planeamento.

Em 1998 foi constituída a Comissão Técnica de



Acompanhamento da revisão, que se encarregou da caracterização física, demográfica e sócio-económica do concelho e da delimitação da reserva ecológica.

Além deste trabalho técnico, foram

contratados no exterior outros estudos sectoriais, como carta de risco geológico, carta de zonamento acústico e carta de ordenamento do solo rural.

– Fontes: PL, Lusa

Notícias de Vila do Conde

Uma forma “inteligente” de atender às necessidades de saúde da população

O PSD/Vila do Conde defende o estabelecimento de uma parceria público/privada para satisfazer as necessidades de saúde da população do concelho, considerando que seria uma “forma inteligente” de resolver o problema, enquanto se aguarda pelo novo hospital.

“Seria sem dúvida uma forma inteligente e economicamente sagaz de ir resolvendo, no curto prazo, o problema da falta de um hospital para a zona de Vila do Conde/Póvoa de Varzim, enquanto se aguarda pela construção do tão esperado novo hospital”, sustenta um comunicado da concelhia social-democrata.

Para resolver as carências locais em termos de saúde, o PSD recorda que abriu recentemente o Hospital da Santa



Casa da Misericórdia de Vila do Conde, com quase uma centena de camas, dois blocos operatórios e serviço de urgência 24 horas.

“Esta infra-estrutura poderá certamente atender às necessidades dos

vila-condenses”, refere o documento.

Esta posição do PSD/Vila do Conde surge na sequência dos atrasos que têm ocorrido no processo do novo Hospital Póvoa de Varzim/Vila do Conde, uma infra-estrutura prometida

há mais de duas décadas.

Os sociais-democratas reafirmam o seu apoio à construção desta unidade de saúde, mas admitem que o processo ainda está muito atrasado.

“Todos sabemos que nem daqui a uma década a nova unidade hospitalar estará pronta, como se comprova pela sua colocação no último lugar nas prioridades do Ministério da Saúde”, refere o comunicado.

O documento recorda também as obras em curso no Serviço de Urgência do Hospital da Póvoa de Varzim, num investimento de centenas de milhares de euros que o PSD vila-condense considera ser “incompatível com uma rápida decisão de construção de um novo hospital”.

- Lusa

Notícias de Vila Viçosa

A cidade aplaude saída da ministra da Cultura e espera mais “respeito” do seu substituto

O PSD de Vila Viçosa aplaude a substituição da Ministra da Cultura que se preparava para prejudicar irremediavelmente o património calipolense e espera que o seu substituto seja mais sensível à necessidade de preservação do património histórico e cultural do interior do país.

Com o mesmo desprezo com que o Primeiro-Ministro do Partido Socialista passou esta semana ao lado do concelho de Vila Viçosa nas visitas e anúncios de chuva de milhões no Alentejo, a ex-Ministra da Cultura do PS preparava-se para espoliar Vila Viçosa da sua riquíssima colecção de coches, através da transferência desta para o novo Museu Nacional dos Coches, a construir de raiz na zona de Belém, em Lisboa.

Na senda do encerramento de maternidades, centros de saúde, escolas e postos da GNR no já desertificado

interior do país, chega a vez do governo do PS encerrar também os museus, lugares e monumentos de valor turístico, prejudicando o futuro de localidades em processo de candidatura ao reconhecimento da UNESCO como Património da Humanidade.

Tomando conta da imobilidade da Câmara CDU de Vila Viçosa que parece apenas preocupada com o simples e básico calcetamento dos passeios, não percebendo o alcance dos prejuízos que o Governo PS todos os dias acarreta a Vila Viçosa, o PSD decidiu:

1. Enviar ao Senhor Primeiro-Ministro uma nota de preocupação sobre esta matéria, com vista a que o mesmo possa sensibilizar o novo Ministro da Cultura relativamente à necessidade de defesa dos interesses e valores turísticos de Vila Viçosa;



2. Enviar a Sua Ex^a o Senhor Presidente da República uma nota de preocupação sobre a necessidade de preservar e estimular o potencial turístico de Vila Viçosa através da valorização do seu património histórico-cultural-monumental,

convidando-o a incluir Vila Viçosa no roteiro das suas próximas visitas, tal como fez em 1995 quando, como Primeiro-ministro do PSD aqui veio inaugurar a Pousada D. João IV que tanto tem beneficiado esta vila. – **CPS/PSD - Vila Viçosa**

Notícias do Porto

Reorganização do dispositivo policial é “um embuste, uma falácia do MAI”, considera Agostinho Branquinho



A reorganização do dispositivo policial anunciada pelo ministro da Administração Interna (MAI) é “um embuste, uma falácia”, considerou hoje o deputado do PSD eleito pelo círculo do Porto Agostinho Branquinho.

Para o social-democrata, o que o MAI veio anunciar “é um embuste, uma falácia”, porque não resolve nenhum dos dois problemas existentes no país, que se prendem com poucos recursos humanos e fracos meios ao dispor das forças de segurança.

“Perante níveis elevados de percepção de insegurança, era necessário que o MAI anunciasse mais investimento” para modificar a actual situação, disse, em conferência de imprensa, Agostinho Branquinho.

“Esta reorganização não significa nem mais um PSP ou GNR na rua”, frisou, criticando o ministro Rui Pereira

por ter afirmado que a reorganização do dispositivo territorial das forças de segurança foi uma “operação complexa e bem sucedida”.

“Como é que se pode dizer que está tudo bem e resolvido se não há nem mais um agente na rua”, questionou Branquinho, acrescentando que, lamentavelmente, “amanhã a situação no terreno é a mesma”, sendo que o que apenas muda é a farda dos agentes.

Nesta conferência de imprensa, Agostinho Branquinho criticou também o líder da distrital do PS/Porto, Renato Sampaio, por ter recentemente anunciado que o partido está preocupado com a situação social no distrito do Porto, especialmente ao nível da pobreza e do desemprego, pelo que pretende elaborar um relatório para entregar ao governo.

Na ocasião, o líder do PS/Porto

tinha salientado que os deputados socialistas eleitos pelo círculo do Porto “vão realizar uma audição pública para preparar um relatório sobre a situação que será depois entregue ao governo”.

Para os deputados do PSD, “é inaceitável e inconcebível” que o PS venha agora dizer que vai “fazer estudos para apresentar ao governo”.

“Não é preciso fazer mais estudos, quando sabemos que o distrito tem a maior taxa de desemprego, quando estamos na região mais pobre do país e quando sabemos que o PIB da região Norte é 58,8 por cento da média europeia”, afirmou.

Agostinho Branquinho acrescentou que, só nos últimos três anos, “o desinvestimento público aumentou três mil milhões de euros e que nunca houve tais níveis de percepção de insegurança como agora”.

Notícias dos Açores

Liberalização das ligações aéreas é “urgente”

O deputado criticou também a redução do financiamento estatal aos ATL de instituições particulares de Segurança Social (IPSS), afirmando que, com esta medida, “o governo demonstra uma enorme insensibilidade social”.

“A acontecer, teremos dezenas de milhares de crianças sem opção depois das 17:30, será uma machadada sem precedentes no movimento de solidariedade social e teremos muitos a fechar portas”, frisou Branquinho.

O deputado aproveitou ainda a oportunidade para anunciar que o PSD/Porto reúne quinta-feira com o PP/Galiza, em Vigo, Espanha.

Neste encontro, adiantou, deverá ser subscreta uma declaração política conjunta sobre várias medidas importantes na área das políticas sociais e fiscais, bem como no turismo, para a grande região que é o Norte/Galiza.

Marco António Costa revela recandidaturas às próximas autárquicas

O PSD/Porto vai recandidatar os actuais presidentes de Câmara no distrito e indicará os candidatos nos municípios onde é oposição até ao próximo Verão, disse hoje o líder da Distrital, Marco António Costa.

“Irei procurar garantir a reeleição dos actuais presidentes de Câmara”, afirmou o dirigente durante a Convenção de Autarcas do PSD do Distrito do Porto.

“E no próximo Verão apresentaremos todos os candidatos às Câmaras onde somos oposição”, acrescentou.

O PSD lidera as câmaras de 10 dos 18 concelhos do distrito do Porto, sendo as restantes dirigidas pelo PS (seis) e por grupos independentes (duas).

No seu discurso perante os autarcas sociais-democratas do distrito, Marco António Costa pediu trabalho político intenso aos candidatos que o partido escolheu.

“É assim que se faz quando se quer ganhar”, disse, assegurando que foi essa a postura que levou ao poder Rui Rio no Porto, Luís Filipe Meneses em Gaia e Manuel Moreira em Marco de Canaveses.

O presidente do PSD/Porto disse que as escolhas para 2009 “têm importância para 2013”, tendo em conta que muitos presidentes de Câmara terão de abandonar entretanto funções, fruto da limitação legal do número de mandatos.

Mas esse “processo de renovação” deve ser feito “sem perturbações”, advertiu.

Marco António Costa disse ainda que o PSD tem sido um partido com vocação de poder mais na retórica do que na prática, frisando que em 12 anos e meio, esteve apenas dois anos e meio na governação do país.

“E se em 2009 voltarmos a perder as eleições (...), acreditem que não há partido com vocação de poder que sobreviva tanto tempo fora dele”, avisou.

– Fontes: Lusa, JN, Expresso

Liberalizar as ligações aéreas nos Açores é uma necessidade “urgente” e uma medida que já deveria ter sido posta em andamento. Foi esta a voz comum de um grupo de cidadãos que levou a efeito, ontem à noite em Angra do Heroísmo, o primeiro de um ciclo de encontros a que decidiu chamar Ideias & Debates, e cujo tema escolhido, os transportes aéreos, motivou uma forte aderência à iniciativa.

Os convidados a abordar o assunto foram Sandro Paim, Presidente da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo e empresário; Luís Bettencourt, agente de viagens e Tomaz Dentinho, Economista e professor universitário. Depois de uma apresentação da realidade terceirense no espectro das ligações aéreas e na evolução do desembarque de passageiros, foi dada como certa uma perda de “peso relativo” no contexto regional.

A tendência foi confirmada com a apresentação de dados indicando que, de 1996 a 2006, a quebra relativa da Ilha Terceira foi na ordem dos 2%, “no desembarque de passageiros nas rotas inter-ilhas e nacionais”, e cerca de 10% “vindos de fora de Portugal”. Para além da diminuição, em termos absolutos, no desembarque de passageiros internacionais na Ilha Terceira, cerca de 2%, num cenário de acréscimo de 135%, entre os anos de 1996 e 2006, para a toda a região.

O desvio dos voos charter para o Aeroporto de Ponta Delgada foi uma das “fortes razões” apontadas para o sucedido, dado que o mesmo impede uma “igualdade” de acesso dos passageiros à Terceira, por via do acréscimo de “mais uma passagem a comprar e ainda do excesso de bagagem” inerente a mais uma deslocação inter-ilhas.

Sandro Paim realçou que “nunca teremos viagens ao mesmo preço para todas as ilhas”, isto já versando o tarifário aéreo, outra das vertentes tratadas e identificadas como “penalizadora” para os residentes nos Açores que são contemplados com “apenas” um tipo de tarifa, independentemente das suas características como cliente, e se vêm “prejudicados” face a quem visita a região com “ofertas promocionais” que permitem adquirir pacotes onde a ligação de Lisboa fica bem mais acessível que os “267 euros pagos por um residente não-estudante”.

Luís Bettencourt traçou um quadro “limitativo” para os terceirenses, dadas as opções disponíveis, nomeadamente

a falta de uma ligação “eficaz” com o Porto, situação que se pretende colmatar com “apenas” um voo a repetir em 2008, mas que “não reúne

próprio edifício, responsabilidades imputadas ao governo regional.

O modelo do serviço público de transportes aéreos e as suas



consenso” na sua concepção técnica. Reforçou as vantagens de haver companhias “low coast” a voar para os Açores, assim como a dificuldade de implementar a região como destino e como porta de saída, dados os elevados valores da sua ligação com o exterior. O que confirmou com ausência de uma ligação Terceira/Funchal e a quase impossibilidade de os operadores locais acederem completamente ao destino América do Norte.

Tomaz Dentinho foi peremptório na identificação de soluções para um problema que afecta os açorianos, pois parte de “um modelo que é redutor do próprio desenvolvimento”. Assim, e para combater a actual “ineficiência”, fruto do sistema em vigor, apontou quatro soluções, entre elas uma “manutenção sempre reivindicativa” de mudanças, a liberalização “apenas para São Miguel”, conceito que se poderia estender a todas as ilhas com “diferentes apoios financeiros”, ou mais radicalmente liberalizar “apenas as rotas que tocam a Terceira”.

Daí centrou-se o debate da viabilidade económica do destino Terceira, tendo sido focado o Aeroporto das Lajes e a sua falta de competitividade, pois não sendo tutelado “pela ANA”, manifesta dificuldades em promover-se no exterior, em aplicar “diferentes” taxas eventuais para cativar novas ligações, para além da “precariedade” no tratamento da carga aérea e das “deficiências” de funcionalidade do

“contingências” foram também dados para reflexão, tendo os intervenientes concluído que pode haver alternativas credíveis, mas sempre dentro de uma realidade nova e que passa pela “liberalização”, numa ampla necessidade de “rever” o conceito actualmente imposto pelas companhias vigentes e pela política averbada, provando-se que a Terceira é “marginalizada” nesses princípios. A possibilidade de “compatibilizar” os “interfaces” com o exterior e o “aproveitamento” dos segundos voos das actuais promoções feitas pela SATA rumo a Ponta Delgada foram opções que ficaram registadas, assim como a eventual passagem de um apoio “ao passageiro e não à companhia” foi visto com bons olhos.

Esta série de encontros abertos ao público tem como mote pôr a sociedade açoriana, e particularmente a terceirense, a tratar as temáticas actuais que mais a afectam. Ideias & Debates será um espaço de discussão, marcado por temas de fundo e convidados a eles ligados, e que se vai dividir por Angra do Heroísmo e a Praia da Vitória. A organização do ciclo preconiza que a sociedade “tem uma palavra importante a dizer na definição de políticas e do rumo a seguir pelas instituições e organismos da nossa ilha”. Pelo que o “fio condutor” para o conjunto de encontros será tratar “de um modo informal” os assuntos e as preocupações do dia-a-dia açoriano. – Carla Bretão, Deptº Regional

Califórnia “esquecida” pela rede RIAC

O PSD/Açores lamentou hoje mais um “esquecimento” do governo regional face à comunidade emigrante residente no estado americano da Califórnia. Para os deputados eleitos pela Terceira é “lamentável” que uma zona daquele país, “cuja dimensão e relevância social e económica deveriam ser entendidas pela Região como uma mais-valia”, tenha um tratamento diferente de outras, não se entendendo porque não foi “equacionada” a instalação de um posto da Rede Integrada de Apoio ao Cidadão (RIAC) na Califórnia, como sucedeu com outras localidades da América do Norte.

Os parlamentares recordam, num requerimento enviado hoje à assembleia açoriana, que, o Governo Regional anunciou recentemente a abertura de Postos RIAC “em Lisboa, Toronto, Fall River, para além de um estudo relativo a Hamilton, na Bermuda”. Mais uma vez, referem Clélio Meneses, Carla Bretão e António Ventura, “a vasta comunidade de açorianos da Califórnia ficou esquecida”.

Salientando ainda no documento que a importância das comunidades emigrantes no exterior deve ser “assumida como um dos pilares da açorianidade”, os três deputados consideram que a prestação de um serviço de apoio aos açorianos e descendentes a residir no estrangeiro é “um importante meio de promover a resolução mais próxima e eficaz dos seus problemas que tenham a ver com a Região”.

Para além de solicitarem à tutela, em requerimento, os últimos dados estatísticos conhecidos sobre “a dimensão das diversas comunidades emigrantes açorianas no mundo”, os deputados do PSD querem saber para quando o Governo Regional tem “prevista” a instalação de um posto RIAC na Califórnia. E acrescentam que, para além do “enorme problema” que constitui a falta de ligações aéreas regulares com aquela parte da América, agora volta “a não considerar-se aquela parcela da diáspora”.

Eis o texto do requerimento acima referido:

REQUERIMENTO

Abertura de Postos RIAC junto das comunidades emigrantes

A importância das comunidades emigrantes açorianas no exterior deve ser assumida como um dos pilares da açorianidade.

A prestação de um serviço de apoio aos açorianos e descendentes que residem no estrangeiro revela-se como um importante meio de promover a resolução mais próxima e eficaz dos seus problemas que tenham a ver com

a Região.

Recentemente, o Governo Regional anunciou a abertura de Postos RIAC em Lisboa, Toronto, Fall River e o estudo relativamente a Hamilton (Bermuda).

Porém, mais uma vez a vasta comunidade de açorianos da Califórnia ficou esquecida.

Efectivamente, constata-se que o Governo Regional esquece recorrentemente a comunidade açoriana da Califórnia, cuja dimensão e relevância sócio-económica deveriam ser entendidas pela Região como uma mais-valia

Assim, para além do enorme



problema que constitui a falta de ligações aéreas regulares com aquela parte da América, agora volta a não considerar-se aquela parcela da diáspora.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis os Deputados subscritores solicitam os seguintes esclarecimentos:

1- Porque razão não foi equacionada a instalação de um posto RIAC na Califórnia como sucedeu com outras localidades da América do Norte?

2- Prevê o Governo Regional a instalação de um posto RIAC na Califórnia?

3- Solicita-se, também, os últimos dados estatísticos conhecidos sobre a dimensão das diversas Comunidades emigrantes Açorianas no mundo. - **Angra do Heroísmo, 4 de Fevereiro de 2008, Carla Bretão, António Pedro Costa, Clélio Meneses**

Retirar direito de voto aos presidentes de junta é “inconstitucional”

O líder do PSD/Açores considerou que a nova lei eleitoral das autarquias locais é “inconstitucional”, ao retirar aos presidentes de junta de freguesia o direito de votarem os planos e orçamentos anuais das câmaras municipais.

“Não aceitamos que seja retirado aos presidentes de junta o poder de votarem o orçamento e o plano. Estou

convencido que a proposta é inconstitucional, porque trata de forma diferente membros da mesma assembleia municipal”, afirmou Costa Neves, em declarações aos jornalistas, no final de uma reunião com os responsáveis da delegação dos Açores da Associação Nacional de Freguesias.

O líder social-democrata revelou que os deputados do PSD/Açores na Assembleia da República vão, na discussão da nova lei na especialidade, “procurar emendar um erro e uma inconstitucionalidade”.

Costa Neves lembrou que o PS/Açores, no parlamento açoriano, “votou contra” a proposta dos social-democratas, que visa a manutenção do direito dos presidentes de junta de freguesia votarem os planos e orçamentos anuais das câmaras municipais.

“O PS/Açores apoiou integralmente uma lei que tem claros atropelos aos mais legítimos interesses das populações, que é o que está em causa”, sublinhou.

Questionado pelos jornalistas acerca do facto da nova lei merecer a concordância do PSD nacional, Costa Neves frisou que os social-democratas açorianos “assumem, quando é preciso, as suas posições, seja contra quem for”.

“O presidente do PS/Açores e do governo regional tem necessidade de afirmar sistematicamente que põe os Açores em primeiro lugar, mas quando tem oportunidade de o demonstrar não o faz, como é o caso. O PSD/Açores, seja quem for que tenha proposto a lei, está contra ela”, assegurou.

Proposta para aumentar o financiamento público à Universidade dos Açores

O líder do PSD/Açores anunciou que a bancada social-democrata vai apresentar já na sessão legislativa de Fevereiro do Parlamento açoriano uma proposta para aumentar o financiamento público à Universidade dos Açores.

No final de uma visita ao Departamento de Oceanografia e Pescas (DOP) da Universidade açoriana, sedado na ilha do Faial, Carlos Costa Neves justificou a necessidade de um aumento de verbas com os custos da tripolaridade a que a instituição está sujeita, com a sua divisão pelas ilhas de São Miguel, Terceira e Faial.

“É preciso assegurar a tripolaridade da Universidade dos Açores e isso custa dinheiro”, frisou o líder regional dos social-democratas, em declarações aos jornalistas.

Segundo reafirmou, o grupo parlamentar do PSD na Assembleia Legislativa dos Açores está a preparar um diploma que defende um aumento de 30 por cento nas transferências de verbas para a universidade açoriana.

No seu entender, só assim se resolve, por um lado, o problema do financiamento daquele estabelecimento de ensino e, por outro, se assegura um “projecto de afirmação dos Açores”.

No final da visita ao DOP, Costa Neves defendeu, também, a transformação daquele pólo da Universidade dos Açores num laboratório internacional de excelência na área da oceanografia e pescas.

No seu entender, essa será a forma de “investigadores de todo o mundo” terem condições para trabalhar na Horta, uma vez que, em termos de investigação marinha, “o essencial está feito” e o que é preciso agora “é outro reconhecimento do papel e das mais valias” do trabalho do DOP.

Costa Neves acusou, a este respeito, o Governo da República e o Governo Regional dos Açores de nunca terem reconhecido, verdadeiramente, o trabalho de investigação realizado na Horta. - **Gab. Imp. PSD/Açores**

“Buracos” na pista do aeródromo do Pico colocam em causa a segurança dos passageiros

O deputado do PSD ao Parlamento açoriano eleito pelo Corvo, José Manuel Nunes, denunciou hoje a existência de “buracos” na pista do aeródromo da ilha, alegando que em causa está a segurança dos passageiros.

No plenário da Assembleia Regional, na cidade da Horta, José Manuel Nunes adiantou que estes problemas no pavimento da pista “põem em causa a segurança dos passageiros” que utilizam o aeródromo da ilha, escalado por um avião da SATA Air Açores.

No seu entender, “não é aceitável que, no meio da pista, existam buracos no pavimento com profundidades que atentam contra a segurança” na difícil operação de aterragem em mais pequena ilha dos Açores.

Denúncias efectuadas na sequência de um incidente ocorrido, há poucas semanas, no aeródromo do Corvo com o avião “Dornier”, que necessitou de mudar uma roda do trem de aterragem depois de aterrar no Corvo.

Para José Manuel Nunes, perante estas condições na pista, os pilotos da SATA “podem mesmo alegar falta de condições de segurança” da estrutura e suspender as ligações aéreas ao Corvo.

A existência de buracos na pista do aeródromo do Corvo foi confirmada pelo deputado do PS, Guilherme Nunes, também eleito por aquela ilha.

Guilherme Nunes admitiu problemas na pista, mas considerou que não têm gravidade, alegando que não são “crateras” onde os aviões possam “cair”. - **Gab. Imp. ALRA**

Na ausência do secretário regional da Economia no Parlamento, não houve esclarecimentos da parte do Governo Regional sobre este assunto.

Confraternização de Ano Novo em Ponte da Barca aposta na Juventude

No passado sábado, dia 26 de Janeiro, o Restaurante “Terraço do Vade” foi palco do jantar de confraternização dos membros da JSD e PSD de Ponte da Barca.

Num recinto totalmente repleto de militantes e simpatizantes do PSD, a JSD de Ponte da Barca teve a honra de contar com a presença de imensos barquenses que já serviram, servem e irão servir os reais interesses de Ponte da Barca.

Estiveram presentes na noite em que se afirmou a via alternativa para o verdadeiro desenvolvimento de Ponte da Barca, todos os Presidentes de Câmara e Vereadores do PSD de ontem e hoje, todos os Presidentes de Junta do PSD e candidatos, diversos Presidentes do PSD e JSD das várias secções do Distrito de Viana do Castelo, Braga e Porto, tendo-se destacado-se a presença do Vice-Presidente da Câmara Municipal do Porto, Dr. Paulo Morais e de Moreira da Silva, um dos fundadores do PSD, que pela segunda vez visita Ponte da Barca a convite da JSD Ponte da Barca.

Após o jantar, envolto de um ambiente de boa disposição e de alegria, tão característico do Partido Social Democrata, houve lugar a uma apresentação por parte da JSD de um filme onde se retrata os momentos mais marcantes do mandato da actual Comissão Política da JSD (disponível em www.jsdpontedabarca.blogspot.com).

José Alfredo Oliveira, Presidente da Juventude Social-Democrata de Ponte da Barca abriu a sessão formal de discursos, tendo tido uma magnânime intervenção na defesa dos reais interesses dos jovens barquenses

e do futuro de Ponte da Barca.

O Presidente da JSD denunciou a falta de apostas de que a juventude barquense é vítima por parte do actual governo e do executivo socialista, tendo demonstrado inúmeros exemplos onde se vê a falsa palavra do actual executivo quanto às inúmeras promessas feitas em 2005 com um único propósito: enganar Ponte da Barca e os barquenses.

“Onde está a defesa de Ponte da Barca e dos barquenses por parte dos membros do actual executivo aquando das péssimas e vergonhosas decisões dos ministérios que tanto prejudicam os jovens barquenses?”

Dando exemplos de como e onde o executivo e o governo falharam, foram nomeados vários exemplos de clara incompetência e de falha na concretização prática das promessas eleitorais, a começar pela falta de infra-estruturas que viriam facilitar a circulação de pessoas e bens essenciais para potenciar um desenvolvimento sustentado do concelho, assim como a falta de construção de plataformas logísticas que favoreçam as actividades comerciais e turísticas, bem como a deslocalização de empresas e pessoas, tendo aí dado destaque a falsa promessa da construção da Ponte de Lavradas que iria servir de ligação ao IC28.

Quanto à Educação, “o Projecto EPRALIMA, criado por autarcas social democratas em governo social democrata é um êxito na formação de jovens, não apenas dos concelhos de Arcos de Valdevez e de Ponte da Barca mas de todo o Alto Minho, perspectivando novas oportunidades, evitando-se o êxodo destes! Sendo que



desta forma combate-se sim o abandono escolar, combate-se sim o afastamento da família em relação à escola. Aliás, a educação tem sido por este governo tratada e delineada de forma impensada, diria mesmo inconsequente! Só em Viana do Castelo encerraram 98 escolas em apenas dois anos, tendo como resultados a fusão de escolas, turmas sobrelotadas e, mais grave, professores desmoralizados pela forma vergonhosa e desrespeitosa com que este Ministério os tem tratado!”

Atendendo ao caso em concreto de Ponte da Barca, questionou: “Ora, quando se encerram as escolas das nossas freguesias, quando se fecham estes edifícios pelos quais as nossas gentes tanto lutaram para conseguirem, quando se obriga as crianças a verdadeiras horas de sacrifício nas péssimas estradas do concelho, pergunto: que é feito das promessas eleitorais do actual executivo? Onde está a defesa dos interesses dos pais e estudantes de Ponte da Barca pelo executivo perante as decisões do Ministério? A única coisa que este executivo tem para com os estudantes e docentes barquenses é a falsa palavra e o compactuar com tudo o que os dirigentes do Partido Socialista decidem! Há que valorizar os nossos estudantes, pois uma vez lá fora, a A3 não os traz de volta a Ponte da Barca, ao único concelho que não tem uma zona industrial, embora tenha financiamento e local!”

Assim como o ensino no concelho, no que à saúde diz respeito, aqui tudo

se resume à existência ou não de números. “Os jovens, os adultos e os mais idosos de Ponte da Barca têm sido tratados apenas como meros números de uma inábil escala de colossal incompetência do Ministério da Saúde e do executivo socialista. No entanto aqui devemos dar os parabéns às fracassadas tentativas de um ex-militante do PSD, hoje vereador da saúde, fruto de uma estranha coligação de interesses político partidários, pois caso não pertencesse a decisão final ao aparelho socialista, bem se demonstrava um dos princípios pelo qual se guia o PSD e por quem cá anda: competência!”

No entanto, “o Ministério da Saúde encerrou o serviço de atendimento permanente, limitou o acesso à saúde por parte dos barquenses, aumentou as taxas moderadoras, aumentou a morosidade e as listas de espera... e em troca cedeu à autarquia uma carrinha como se da venda de peixe a saúde das pessoas se tratasse!”

O presidente da única organização política de juventude afirmou ainda que “para além do orgulho na nossa terra, nos nossos ranchos, nas nossas tradições, no nosso Hino da Barca de Manuel Parada, temos de ter orgulho no nosso futuro acreditando em Ponte da Barca! Por isso a aposta, não apenas a JSD mas toda a juventude barquense será num candidato jovem, um candidato com experiência, um candidato independente, independente quanto aos interesses, independente quanto aos grupos, independente quanto à forma de pensar, mas sobretudo um independente



barquense!!”

Seguiu-se a intervenção do Presidente do PSD de Ponte da Barca, João Rodrigues Esteves, na qual fez um alerta à total ausência de apostas por parte do actual executivo socialista e do governo no concelho de Ponte da Barca. Na sua intervenção focou o facto de o PSD ao longo destes dois anos, ter sempre construído uma oposição construtiva, com visão de futuro para o concelho de Ponte da Barca, algo que nem o executivo muito menos o governo irão alcançar.

Numa intervenção surpresa, Moreira da Silva, fundador do Partido Social Democrata deu a entender aquilo que era o PSD e para o qual foi feito, um partido do povo, da terra, pois sempre foi o partido que da melhor forma representa a real vontade do povo tal como ela é. Falou ainda sobre Sá Carneiro e aquilo que este pensava para o PSD do futuro de hoje, tendo afirmado que a forma como José Alfredo Oliveira “defende, apresenta e discursa é a «maneira e forma» de Sá Carneiro, pois apenas com essa alma se consegue defender os reais interesses daqueles que representamos e queremos representar: com verdade e exactidão e não mera demagogia.”

O encerramento deste evento coube ao novo Presidente da Comissão Política Distrital do PSD de Viana do Castelo, Dr. Eduardo Teixeira. A menos de 24h de ter sido eleito, o novo Presidente afirmou quais os novos rumos a seguir pelo PSD, quais as grandes apostas do PSD no distrito de Viana do Castelo para a sua afirmação sendo que “Ponte da Barca merece mais e melhor do que aquilo que se consta nos diversos índices e estudos recentemente publicados. Resultados que em nada vem acrescentar às perspectivas que o PSD tinha feito aquando da vitória do Partido Socialista, pois deste que este tomou posse”.

No discurso de tomada de posse, Dr. Eduardo Teixeira afirmou que o PSD irá apostar, como sempre apostou, fortemente em Ponte da Barca. Avizinhando-se eleições para a nova Comissão Política do PSD de Ponte da Barca, esta terá a responsabilidade de elevar novamente o concelho aos níveis que este estava aquando do lapso socialista de 2005, dando um novo rumo, uma nova via a Ponte da Barca para o real desenvolvimento sustentado e melhores condições de vida aos seus habitantes.

Esta foi a noite de arranque para a verdadeira transformação de Ponte da Barca num concelho de sucesso, num concelho jovem com soluções, num concelho do FUTURO! Pois, “Ponte da Barca é a terra em que acreditamos e queremos acreditar, cabe-nos por isso repensar atitudes e estratégias que perspectivem um Futuro enriquecedor para nós jovens e do qual, independentemente da nossa região, de que nos possamos todos orgulhar!!”.

– JSD/Ponte da Barca

Notícias da JSD/Açores

Novo programa de apoio ao arrendamento jovem

A JSD/Açores considerou que o novo programa de apoio ao arrendamento jovem, designado como “Porta 65”, “diminui claramente os apoios” atribuídos, o que deixa “comprometido” o futuro dos jovens.

A JSD/Açores garantiu que “dispensa tutores” para a política de juventude, sendo “tradição” na comissão política regional do PSD/Açores que este tema “esteja sempre” a cargo dos jovens social-democratas.

JSD/Vila Franca do Campo alerta para a insegurança e cria outdoor

A Juventude Social Democrata associou-se à “crescente” preocupação com o clima de insegurança sentido pela população de Vila Franca do Campo nos últimos tempos, tornando público um “outdoor” para “consciencializar os vilafraquenses e as autoridades competentes”.

Actividades das nossas estruturas

JSD/Pico quer conselhos municipais de Juventude

A JSD/Pico defendeu hoje a criação de conselhos municipais de Juventude nos três concelhos da ilha, de forma a incentivar a participação dos jovens na “elaboração e execução de políticas públicas de Juventude”.

Ribeira Grande “sem progressos” com gestão socialista

A JSD da Ribeira Grande considerou hoje que o concelho “não está a ter progressos” com a actual gestão socialista do município, dado que as obras “relevantes” efectuadas nos últimos dois anos foram projectadas pelo “anterior executivo do PSD ou são obras do governo regional”.

Costa Neves apresenta propostas de combate ao alcoolismo juvenil

Na área da Juventude, o líder do PSD/Açores defendeu a redução da taxa máxima de alcoolemia permitida para determinadas categorias de condutores e a proibição da venda de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos no arquipélago. “É tempo de acabar com um discurso anti-álcool politicamente correcto, mas absolutamente inconsequente”, afirmou Costa Neves, numa

conferência de imprensa em que apresentou três iniciativas legislativas destinadas a combater o alcoolismo juvenil na Região.

JSD satisfeita com intervenção da Judiciária

A direcção da Juventude Social Democrata (JSD) dos Açores reuniu ontem com o coordenador do Departamento de Investigação Criminal da Polícia Judiciária (PJ) de Ponta Delgada para analisar os problemas com o tráfico de estupefacientes na Região.

Estagiari-L vai promover desemprego

A Juventude Social-Democrata dos Açores (JSD/A) manifestou hoje a sua “indignação” pela alteração do tempo de duração do programa “Estagiari-L”, que “passou de seis meses para dois anos”, nas ilhas de S. Maria, Graciosa, S. Jorge, Pico, Faial, Flores e Corvo, tendo “deixado de haver” um limite máximo de 6 estagiários por empresa, alterações que a JSD considera de “reciclagem” na utilização de jovens no mercado de emprego.

Planeamento familiar preocupa JSD/Angra do Heroísmo

A Juventude Social-Democrata de Angra do Heroísmo mostrou hoje a sua preocupação face ao “visível” incumprimento da legislação regional afecta ao planeamento familiar e à educação afectivo-sexual. A posição da concelhia presidida por Luis Carneiro foi dada a conhecer após a recente visita à Associação de Planeamento Familiar (APF), onde a estrutura laranja foi recebida pelo coordenador regional, Paulo Mendes.

JSD abre núcleo na Matriz - Ribeira Grande

A JSD abriu esta semana um núcleo na freguesia da Matriz, Ribeira Grande, o que vai permitir à organização de juventude social-democrata “estar mais próximo dos jovens e das suas preocupações”.

“Falhas” nas políticas sociais acentuam onda de criminalidade

O líder da JSD/Açores considerou sexta-feira que as “falhas graves” das políticas sociais do governo regional socialista originaram as “proporções elevadas” que tomou a actual “onda de criminalidade e toxicod dependência”

existente na Região.

JSD/Faial defende criação de centro de adictologia

O presidente da JSD/Faial considerou hoje que é “urgente” a criação de um centro de adictologia na ilha que permita a “reabilitação de jovens toxicod dependentes” e funcione como “centro de prevenção”.

DST’s e toxicod dependências “pedem” novas estratégias

A Juventude Social-Democrata de Angra do Heroísmo defendeu uma estratégia “mais abrangente, profunda e completa nos Açores” na prevenção às doenças sexualmente transmissíveis (DST’s). Segundo a estrutura dirigida por Luis Carneiro, a acção até aqui implementada pela tutela “não tem conseguido atingir os seus propósitos”, pelo que a JSD propõe “a criação de dinâmicas de grupo e a elaboração de um projecto de educação sexual nas escolas mais concreto e bem orientado”.

Actividades mais recentes da JSD/Açores. Continuaremos assim a entrar em contacto convoso, contando com todos para que a nossa acção seja cada vez mais profícua e cada vez mais valorizada pelos jovens da nossa terra, pois o JOVEM AÇORIANO é o princípio e o fim da nossa acção... SEMPRE! :

Cláudio Almeida, líder da JSD/Açores, dá entrevista ao Diário Insular
JSD/Ribeira Grande organizou um torneio de Playstation em R. de Peixe;

JSD/Ponta Delgada entrega cabaz a família carenciada;

JSD/Angra apoia remodelação no ensino da Enfermagem;

JSD/Faial considera que fechar piscina municipal é intolerável;

JSD/Terceira celebra Natal e recente eleição;

JSD/Terceira prepara cabaz de Natal;

JSD/Ponta Delgada organiza prova de Kartcross;

JSD/Faial debruça-se sobre o Desemprego e Porta 65;

JSD/Vila Franca do Campo assinala Dia Mundial do Deficiente;

JSD/São Roque do Pico entrega roupa e brinquedos a crianças;

JSD/Angra debate sexualidade e prevenção: - Rómulo Medeiros Ávila, Secretário-Geral da JSD/A



ASSEMBLEIA DISTRITAL DE VIANA DO CASTELO

Nos termos dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Viana do Castelo, para reunir no próximo dia 8 de Fevereiro de 2008 (6ª feira), pelas 21h30, no Auditório do Hotel Viana Sol em Viana do Castelo, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1 - Tomada de posse dos órgãos distritais
- 2 - Análise da situação política

AZAMBUJA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoco a Assembleia de Militantes da Secção Concelhia de Azambuja para reunir no próximo dia 4 de Fevereiro (quinta-feira), pelas 21:00, na Junta de Freguesia de Aveiras de Baixo, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. Relatório de Actividades e Contas/2007
2. Análise da situação política
3. Informações

CADAVAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Cadaval, a reunir ordinariamente no próximo dia 22 de Fevereiro de 2008, às 21h00, na Sede do PSD de Cadaval, sita na RUA D. Fernando, nº 12, em Cadaval, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Discussão e aprovação de contas de 2007 e plano de actividades para 2008;
2. Análise da situação político-partidária.

CELORICO DE BASTO

Nos termos dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Celorico de Basto, para reunir no próximo dia 8 de Março de 2008 (sábado), na sede concelhia de Celorico de Basto, situada na Rua Rodrigo Sousa e Castro (junto à Biblioteca Municipal), com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Notas:

A urna estará aberta das 17h00 às 19h00.

As listas candidatas serão entregues

ao Presidente da Mesa da Assembleia até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

CINFÃES

Nos termos estatutários, convocam-se os militantes do PSD da Secção de Cinfães, para uma Assembleia a realizar no próximo dia 7 de Março de 2008, na sede da Junta de Freguesia de Cinfães, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota: O acto eleitoral decorrerá entre as 18h30 e as 20h30.

As listas deverão ser até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral ao Presidente da Mesa da Assembleia, ou na residência do membro da Mesa, Sr. Lourenço Pereira, na Rua do Mercado, Cinfães

MAFRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Concelhia de Mafra do PSD, para uma reunião ordinária e decorrer no próximo dia 15 de Fevereiro de 2008, pelas 21h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- Apresentação e votação das contas referentes ao ano de 2007;
- Análise da situação política a nível local e nacional.

MIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes da Secção de Mira, para reunirem em Assembleia de Secção, no dia 15 de Fevereiro de 2008, pelas 21h30, na Sede Concelhia do PSD, sita na Av. 25 de Abril, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Ratificação das contas da Secção relativas a 2007;
2. Informações;
3. Análise e discussão da situação política nacional;
4. Análise e discussão da situação política local;

MURTOSA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário de militantes da Secção de Murtosa, para reunir no próximo dia 15 de Fevereiro de 2008, sexta-feira, pelas 21h00, na Galeria Municipal, sedeada no Edifício Municipal da Torreira (onde funciona a Junta de Freguesia da Torreira), com a seguinte Ordem de Trabalhos

1- Análise da situação político-partidária;

2- Apresentação, discussão e votação das contas da Secção da Murtosa, relativas ao ano de 2007;

3- Outros assuntos de interesse para o Partido.

NÚCLEO DE CASCAIS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário dos militantes do Núcleo Residencial de Cascais para a Assembleia Eleitoral, a realizar no próximo dia 7 de Março de 2008 entre as 19h00 e as 23h00, na sede do PSD de Cascais, sita no Largo da Estação, nº 4, 1º andar em Cascais, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política do Núcleo Residencial de Cascais do PSD.

Nota: As listas concorrentes devem ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede do PSD Cascais.

PÓVOA DE VARZIM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Póvoa de Varzim, a realizar no dia 8 de Março de 2008, entre as 15h00 e as 19h00, na Sede Concelhia da Póvoa de Varzim, sita à Praça do Almada, nº 7 - Escritório 1, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As listas concorrentes deverão ser entregues ao Presidente da Mesa, ou a quem o substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

acto eleitoral.

As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de

todos os candidatos e das respectivas subscrições, nos termos estatutários.

A Presidente da Mesa
(Edna Falorca da Costa)

NÚCLEO DE LAVRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de Militantes do Núcleo de Lavra, para reunir no dia **14 de Março de 2008**, na Sede Concelhia da JSD de Matosinhos, sita na Rua Mouzinho de Albuquerque, n.º 98, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política do Núcleo.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 18 horas e as 23 horas.

As listas devem ser entregues em duplicado, ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção ou a quem estatutariamente o substitua, na Sede Concelhia da JSD de Matosinhos até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de

todos os candidatos e das respectivas subscrições, nos termos estatutários.

A Presidente da Mesa
(Edna Falorca da Costa)

NÚCLEO DE CRESTUMA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Núcleo de Crestuma, para o próximo dia 7 de Março de 2008, pelas 21h30, na sede do PSD/GAIA, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, n.º 1323, em Gaia, com a seguinte ordem de trabalhos:

1- Eleição da Mesa de Plenário e Comissão Política de Núcleo.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

b) As urnas estarão abertas das 21h30 às 23h30.

O Presidente do Plenário da JSD Gaia

(Noel Gonçalves)

NÚCLEO DE OLIVEIRA DO DOURO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Núcleo de Oliveira do Douro, para o próximo dia 7 de Março de 2008, pelas 21h30, na sede do PSD/GAIA, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, n.º 1323, em



NÚCLEO DE CUSTÓIAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de Militantes do Núcleo de Custóias, para reunir no dia **14 de Março de 2008, pelas 18**, na Sede Concelhia da JSD de Matosinhos, sita na Rua Mouzinho de Albuquerque, n.º98, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política do Núcleo.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 18 horas e as 23 horas.

As listas devem ser entregues em duplicado, ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção ou a quem estatutariamente o substitua, na Sede Concelhia da JSD de Matosinhos até às 24 horas do terceiro dia anterior ao

Gaia, com a seguinte ordem de trabalhos:

1- Eleição da Mesa de Plenário e Comissão Política de Núcleo.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

b) As urnas estarão abertas das 21h30 às 23h30.

O Presidente do Plenário da JSD

(Noel Gonçalves)

NÚCLEO DE OLIVAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Núcleo de Olival, para o próximo dia 7 de Março de 2008, pelas 21h30, na sede do PSD/GAIA, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, n.º 1323, em Gaia, com a seguinte ordem de trabalhos:

1- Eleição da Mesa de Plenário e Comissão Política de Núcleo.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

b) As urnas estarão abertas das 21h30 às 23h30.

O Presidente do Plenário da JSD

(Noel Gonçalves)

NÚCLEO DE SANTA MARINHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Núcleo de Santa Marinha, para o próximo dia 7 de Março de 2008, pelas 21h30, na sede do PSD/GAIA, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, n.º 1323, em Gaia, com a seguinte ordem de trabalhos:

1- Eleição da Mesa de Plenário e Comissão Política de Núcleo.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

b) As urnas estarão abertas das 21h30 às 23h30.

O Presidente do Plenário da JSD

(Noel Gonçalves)

NÚCLEO DE AVINTES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Núcleo de Avintes, para o próximo dia 7 de Março de 2008, pelas 21h30, na sede do PSD/GAIA, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323, em Gaia, com a seguinte ordem de trabalhos:

1- Eleição da Mesa de Plenário e Comissão Política de Núcleo.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues até

às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

b) As urnas estarão abertas das 21h30 às 23h30.

O Presidente do Plenário da JSD

Gaia (Noel Gonçalves)

NÚCLEO DE MAFAMUDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Núcleo de Mafamude, para o próximo dia 7 de Março de 2008, pelas 21h30, na sede do PSD/GAIA, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, n.º 1323, em Gaia, com a seguinte ordem de trabalhos:

1- Eleição da Mesa de Plenário e Comissão Política de Núcleo.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

b) As urnas estarão abertas das 21h30 às 23h30.

O Presidente do Plenário da JSD

Gaia (Noel Gonçalves)

NÚCLEO DE ARCOZELO – GULPILHARES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Núcleo de Arcozele – Gulpilhares, para o próximo dia 7 de Março de 2008, pelas 21h30, na sede do PSD/GAIA, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323, em Gaia, com a seguinte ordem de trabalhos:

1- Eleição da Mesa de Plenário e Comissão Política de Núcleo.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

b) As urnas estarão abertas das 21h30 às 23h30.

O Presidente do Plenário da JSD

Gaia (Noel Gonçalves)

VILA REAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção de Vila Real, para reunir no próximo dia 7 de Março de 2008 (sexta-feira), pelas 21 horas, na Sede Concelhia, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Mesa do Plenário;

2 – Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota:

As urnas estarão abertas das 21 horas às 23h30.

As listas devem ser entregues na Sede de Secção até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O Presidente da Mesa do Plenário (Armando Silva Vieira)

NÚCLEO DE PAÇOS DE FERREIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário do Núcleo Residencial de Paços de Ferreira, a realizar no dia 6 de Março de 2008, pelas 21h15, na Sede da JSD de Paços de Ferreira, sita na Rua dos Templários, n.º 209, Dtº, em Paços de Ferreira, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Análise da situação Política.

O Presidente da Mesa de Plenário (Anselmo Filipe de Sousa Rocha)

CHAVES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção de Chaves, para reunir na Sede Concelhia, no dia 8 de Março de 2008, pelas 14h30, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Mesa do Plenário de Secção;

2 – Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota:

As listas deverão ser entregues a Presidente da Mesa até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas das 14h30 às 16 horas.

A Presidente da Mesa do Plenário da Secção de Chaves

(Márcia Cristina de Jesus Teixeira)

PONTE DE LIMA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco os militantes para reunirem em Plenário Ordinário, no próximo dia 23 de Fevereiro de 2008, pelas 21 horas, na Sede da Concelhia do PSD de Ponte de Lima, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Períodos de Apresentação de Temáticas de discussão que não se apresentem na Ordem de Trabalhos;

2 – Situação Política Actual – Nacional, Distrital e Local;

3 – Análise às eleições da Distrital do PSD e às próximas eleições da JSD;

4 – Apresentação de Actividades da JSD da Concelhia de Ponte de Lima.

Notas:

De acordo com as disposições estatutárias, só podem fazer parte do Plenário de Secção os militantes, que se encontrem na situação prevista no Artigo 95º dos Estatutos Nacionais da JSD.

O respectivo documento encontra-se à disposição dos militantes, na Sede do PSD, podendo ser consultado no Jornal Povo Livre;

Todos os actos apensos ao Plenário regem-se também pelos Artigos 30º e 31º dos Estatutos Nacionais da JSD

O Presidente da Mesa do Plenário (Bruno Jorge Gomes)

PONTE DE LIMA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco os militantes para reunirem em Plenário Ordinário, no próximo dia 29 de Março de 2008, pelas 21 horas, na Sede da Concelhia do PSD de Ponte de Lima, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Períodos de Apresentação de Temáticas de discussão que não se apresentem na Ordem de Trabalhos;

2 – Situação Política Actual – Nacional, Distrital e Local;

Notas:

De acordo com as disposições estatutárias, só podem fazer parte do Plenário de Secção os militantes, que se encontrem na situação prevista no Artigo 95º dos Estatutos Nacionais da JSD.

O respectivo documento encontra-se à disposição dos militantes, na Sede do PSD, podendo ser consultado no Jornal Povo Livre;

Todos os actos apensos ao Plenário regem-se também pelos Artigos 30º e 31º dos Estatutos Nacionais da JSD

O Presidente da Mesa do Plenário (Bruno Jorge Gomes)